

**IGUALDADE DE GÉNERO NA VIDA LOCAL:
RESULTADOS DE ALGUNS DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS**

Heloísa Perista,
Alexandra Silva

Março de 2008

ÍNDICE

Introdução	3
1. Breve contextualização política da promoção da igualdade de género ao nível local	5
2. Síntese dos resultados dos diagnósticos municipais da igualdade de género	9
3. Algumas boas práticas dos Concelhos em matéria de promoção da igualdade de género	39
4. Lições a retirar: desafios e constrangimentos à elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género e de planos municipais para a igualdade de género	42
5. Em jeito de conclusão: algumas linhas orientadoras para a elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género e de planos municipais para a igualdade de género	45
5.1. Passos a empreender pelas autarquias quanto à implementação do <i>mainstreaming</i> da igualdade de género nas suas políticas e práticas	46
5.2. Algumas linhas orientadoras para a elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género	47
5.3. Algumas linhas orientadoras para a elaboração de planos municipais para a igualdade de género	49
Check-list de verificação da integração da perspectiva da igualdade de género nos planos para a igualdade de género: uma proposta	54
Referências	56
Anexos	57

INTRODUÇÃO

Este estudo surge no âmbito do projecto transnacional VS 2006/0322 “*Taking Gender Equality to local Communities*”, co-financiado pela Estratégia-Quadro da Comunidade para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2001-2005), coordenado por Malta, com parcerias de Portugal, Itália, Grécia e Croácia.

O projecto “*Taking Gender Equality to Local Communities*” visava promover a igualdade de género junto dos municípios recorrendo ao *mainstreaming* de género enquanto estratégia para a integração da perspectiva de género no desenvolvimento local, nomeadamente mediante a realização de campanhas de informação e de sensibilização. Como finalidade última do Projecto pretendia-se introduzir uma mudança cultural que permita a mulheres e homens aspirar a participar livremente nas actividades e nas políticas da sua comunidade local.

Em Portugal, o projecto foi coordenado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), tendo, inicialmente, contado com a participação de sete Câmaras Municipais, nomeadamente a de Mértola, Montemor-o-Velho, Montijo, Moura, Santarém, Tavira e Valongo.

A participação do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social estruturou-se em torno dos diagnósticos municipais da igualdade de género em três momentos: num primeiro momento, na formação a técnicas e técnicos responsáveis pela realização do diagnóstico municipal da igualdade de género e elaboração do plano para a igualdade de género nos municípios, tendo o CESIS assegurado o módulo relativo aos diagnósticos; num segundo momento, no acompanhamento do processo de concretização dos diagnósticos municipais da igualdade de género; e num terceiro momento, na elaboração deste relatório síntese.

Este documento encontra-se estruturado em cinco partes – uma primeira na qual se procede a uma breve contextualização política da promoção da igualdade de género ao nível local; uma segunda, que constitui o corpo do relatório, onde se procura fazer a síntese dos diagnósticos municipais da igualdade de género dos sete municípios participantes; numa terceira parte, são apresentadas algumas boas práticas dos concelhos em matéria de promoção da igualdade de género; uma quarta parte, onde se encontram explanadas algumas das lições a retirar deste Projecto, nomeadamente no que respeita a desafios e a constrangimentos quanto à elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género e de planos municipais para a igualdade de género; e, numa quinta e última parte, são apresentadas, em jeito de conclusão, algumas linhas de orientação para a elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género e de planos municipais para a igualdade de género.

Importa frisar que na segunda parte encontraremos a informação tratada de forma agrupada para os Concelhos participantes, realçando, todavia, que essa informação se reporta aos

diagnósticos municipais da igualdade de género realizados pelas referidas Câmaras Municipais (em anexo ao relatório). Não será, pois, de estranhar algum desequilíbrio ao nível da informação apresentada pois nem todas as Câmaras cobriram as mesmas áreas de diagnóstico com a mesma intensidade e profundidade. Nalguns casos, por outro lado, a informação disponibilizada não se encontrava desagregada por sexo, o que inviabiliza uma leitura na perspectiva da igualdade de género; mesmo assim, alguma dessa informação, porque relevante para a caracterização do concelho, foi incluída neste relatório síntese.

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO AO NÍVEL LOCAL

As desigualdades e as discriminações com base no sexo são, ainda, persistentes nas mais diversas esferas da vida das pessoas e nos mais variados domínios da intervenção política e pública. E essas desigualdades e discriminações afectam tanto mulheres como homens, de uma ou de outra forma.

A igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios da Constituição da República Portuguesa (Art.º 13º), sendo a sua promoção uma das tarefas fundamentais do Estado (Art.º 9º). Esta é, especificamente, uma responsabilidade cometida à administração pública, central e local.

A Administração Pública Local desempenha um papel essencial na eliminação de tais desigualdades e discriminações pela sua relação de proximidade com as populações que serve. Para tal é necessária uma outra forma de fazer política - uma forma que integre a perspectiva da igualdade de género de modo transversal a todas as áreas e domínios da intervenção política e pública ao nível local – o designado *mainstreaming* da igualdade de género.

Na tentativa de operacionalizar o *mainstreaming* da igualdade de género de modo mais próximo das realidades locais, há alguns anos atrás (em 1994 e 1998), a então Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (actual CIG) implementou projectos que visavam, especificamente, dotar algumas autarquias de espaços de informação a mulheres bem como de conselheiras para a igualdade¹.

Mais recentemente, o III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010) veio reforçar esta orientação política nomeadamente através da definição de uma área estratégica de intervenção: a '*Área 1 – Perspectiva de Género em Todos os Domínios de Política enquanto Requisito de Boa Governação*'. Esta área contempla um objectivo especificamente dirigido à Administração Local e que visa "apoiar a integração da dimensão de género nas diferentes áreas de política da Administração Local". Para tal, foram definidas três medidas:

- "sensibilizar as Autarquias para a criação e desenvolvimento de Planos Municipais para a Igualdade";
- "preparar o enquadramento jurídico relativo ao Conselheiro ou Conselheira Local para a Igualdade visando a promoção da igualdade em todas as políticas locais, nomeadamente no quadro da Rede Social";

¹ Em concreto, o Projecto Bem-Me-Quer e o Projecto Trampolim/REDA.

- e “definir e elaborar recursos, instrumentais e materiais, de suporte ao trabalho das Autarquias e outros actores locais”².

Esta não é uma temática nova nem tão pouco exclusiva das autarquias portuguesas. Têm sido vários os organismos internacionais que têm reflectido e agido no sentido de promover o debate e a intervenção sobre a igualdade de mulheres e de homens na vida local.

Veja-se, a título ilustrativo, o enunciado de razões que o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e a sua Comissão de Eleitos Locais e Regionais aponta para justificar a necessidade de promover a igualdade de mulheres e de homens na vida local:

“First, because excluding women means marginalizing the majority of Europe's population in decision-making processes, and from social, cultural and civic life.

Second, because equal participation of women and men in local life is a basic principle of democracy and justice.

And lastly, for economic reasons: the employment rate of women is lower than men's; this means that a high proportion of Europe's workforce is not used when it could give Europe's economy a fresh boost. At the same time, being less employed than men makes women more vulnerable to poverty and social exclusion”³.

Também a União Internacional das Autoridades e Poderes Locais (United Cities and Local Governments) vem afirmar que:

“Local governments are key promoters of gender equality and can make a difference to the lives, and the life chances, of women. Increasing the number of women in local government, and keeping the needs of women in mind when developing policies and services, is essential to achieving the goals of sustainable development. Local governments are in a unique position to improve the lives of women through gender friendly policies, gender budgeting and providing women-oriented services, particularly in areas such as health and education”⁴.

Por seu lado, o Congresso das Autoridades Regionais e Locais, do Conselho da Europa, reforça a necessidade de se implementar o *mainstreaming* da igualdade de género nas políticas locais, justificando essa necessidade – “The implementation of the strategy of gender mainstreaming will not only promote effective equality between women and men and respond more effectively to the wants and needs of different categories of citizens, but also result in a better use of human and financial resources, improve decision-making and enhance the

² In *III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género* (2007-2010). Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007.

³ Discurso do Presidente da CEMR e Presidente da Câmara de Vienna, Michael Häupl. Disponível em admin5.geniebuilder.com/users/ccre/docs/haupl_charte_2006_en.doc

⁴ In <http://www.cities-localgovernments.org/>

functioning of democracy”⁵. Este mesmo Congresso vem, ainda, incentivar as autarquias a assumir um compromisso quanto à implementação do *mainstreaming* de género nas políticas locais e à adopção de políticas locais para a igualdade de género; vem, igualmente, chamar a atenção para a elaboração de planos municipais de acção para a igualdade de género.

“Make a public commitment to gender equality, respond more effectively to the wants and needs of different categories of citizens, to adopt a policy of gender mainstreaming to promote effective equality between men and women, to allocate human and financial resources more effectively, to improve decision making and to enhance democracy.

Adopt a gender equality policy and develop local and regional action plans to implement equality between women and men and to promote gender mainstreaming as a strategy, in the framework of the definition, implementation and evaluation of the policies and actions carried out by municipalities and regions”.⁶

No âmbito de um projecto levado a cabo pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (que decorreu entre 2005 e 2006) foi elaborada a *Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local*. Vários foram os municípios portugueses (entre os quais se encontram os que participaram neste Projecto) que a assinaram, subscrevendo o que nela se encontra inscrito, e se comprometeram, nomeadamente, a:

“1. Dentro de um prazo razoável (que não pode exceder dois anos) a contar da assinatura, o signatário desta Carta compromete-se, a elaborar e adoptar o seu Plano de acção para a igualdade e, seguidamente, a implementá-lo.

2. O Plano de acção para a igualdade apresentará os objectivos e as prioridades do signatário, as medidas que tenciona adoptar e os recursos investidos a fim de tornar a Carta e os seus compromissos efectivos. O Plano apresentará igualmente o calendário proposto para a sua implementação. Se o signatário dispuser já de um Plano de acção para a igualdade, procederá à respectiva revisão a fim de se assegurar que nele se encontram incluídos todos os temas pertinentes, contidos nesta Carta.

3. Cada signatário iniciará vastas consultas antes de adoptar o seu Plano de acção para a igualdade e encarregar-se-á da sua ampla divulgação após a sua adopção. Deverá também prestar conta publicamente dos progressos realizados durante a implementação do Plano.

4. Cada signatário efectuará uma revisão do seu Plano de acção para a igualdade, se as circunstâncias o exigirem e elaborará um plano suplementar para cada período seguinte”⁷.

⁵ In Resolution 176 (2004) on gender mainstreaming at local and regional level: a strategy to promote equality between women and men in cities and regions.

⁶ Idem.

⁷ In *Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local*.

Actualmente encontra-se disponível um dispositivo financeiro de suporte à implementação de planos de acção para a igualdade - através do Quadro de Referência Estratégica Nacional, Programa Operacional Potencial Humano, Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género, Medida 7.2. Planos para a igualdade⁸ - que irá contribuir para um aligeiramento da despesa pública municipal no que respeita à elaboração e implementação de planos municipais para a igualdade de género.

Este afigura-se, pois, um momento político propício à necessária mudança organizacional e cultural em prol dos direitos humanos de mulheres e de homens.

As administrações locais, órgãos da administração pública mais próximos das populações, são as entidades que detêm os meios de intervenção melhor colocados para combater a persistência e a reprodução das desigualdades em função do género e para promover uma sociedade verdadeiramente igualitária. São as entidades que podem, e devem, no âmbito das suas competências, e em cooperação com o conjunto de actores locais, empreender acções concretas visando a igualdade de mulheres e de homens.

⁸ Ver, a este respeito, Regulamento específico da medida 7.2 e respectiva grelha de análise.

2. SÍNTESE DOS DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS DA IGUALDADE DE GÉNERO

Um dos requisitos necessários à elaboração de um plano para a igualdade corresponde à realização de um diagnóstico local/municipal integrando a perspectiva da igualdade de género. O projecto “Taking gender equality to local communities” veio, de alguma forma, contribuir para impulsionar esse processo ao esclarecer, incentivar e prestar apoio em matéria da realização de diagnósticos municipais da igualdade de género a sete municípios portugueses.

Este relatório procura fazer a síntese da informação recolhida e analisada pelos diagnósticos municipais da igualdade de género elaborados pelos concelhos participantes no Projecto. De referir que esta síntese não se baseia numa análise comparativa entre os concelhos; antes numa síntese dos principais resultados, ilustrada por dados relativos, em cada domínio, a cada um (ou alguns) dos sete concelhos, de acordo com a informação disponível.

2.1. Breve caracterização geográfica

Importa, antes de mais, fazer uma breve caracterização geográfica dos concelhos em análise - Mértola, Montemor-o-Velho, Montijo, Moura, Tavira, Santarém e Valongo.

Mértola é um concelho rural situado no distrito de Beja, na região do Baixo Alentejo. É o 5º maior município de Portugal em área territorial e tem 9 freguesias. Porém, é uma área com baixa densidade populacional⁹, contando com 6,2 habitantes/km²; por isso, o seu povoamento é disperso, tendo 95 lugares com menos de 100 habitantes, 16 localidades com menos de 200 habitantes e apenas 5 localidades com mais de 200 habitantes (58% da população reside em lugares com menos de 200 habitantes).

Montemor-o-Velho é um concelho do centro de Portugal, situado no distrito de Coimbra, na região do Baixo Mondego. Tem 14 freguesias e uma densidade populacional de 111,4 habitantes/km².

O **Montijo** situa-se no distrito de Setúbal. Tem 8 freguesias e apresenta uma característica particular pois encontra-se geograficamente dividido em duas partes – a zona Oeste que confina com concelhos com características mais urbanas e a zona Este que se situa entre concelhos de características mais rurais. É o segundo município menos populoso da Área Metropolitana de Lisboa, com 116,9 habitantes/Km². Saliente-se que 86% da sua população reside na zona Oeste (zona essa bastante menor em área comparativamente à zona Este) e que 58% reside na freguesia de Montijo.

O concelho de **Moura** localiza-se no Baixo Alentejo, no distrito de Beja. Tem 8 freguesias, duas das quais urbanas. Tem uma densidade populacional que ronda os 17,1 habitantes/Km².

⁹ A densidade populacional de Portugal Continental situava-se, em 2001, nos 111,1 habitantes/Km².

O concelho de **Santarém** situa-se a cerca de 60 quilómetros da cidade de Lisboa e é, em tamanho, o terceiro maior concelho da região da Lezíria do Tejo e, em número de habitantes, o primeiro, com cerca de 26% da população dessa região. Santarém é capital de distrito. É um concelho composto por 28 freguesias (5 freguesias predominantemente urbanas, 5 medianamente urbanas e as restantes 18 predominantemente rurais) e apresenta uma densidade populacional de 113,1 habitantes/Km². A ocupação territorial caracteriza-se por uma polarização em torno da cidade e por uma dispersão nas zonas rurais.

O concelho de **Tavira** situa-se no Sotavento Algarvio, tem uma área de 611 km² e um total de nove freguesias. A sua densidade populacional ronda os 41 habitantes/Km²; e muito embora as freguesias situadas no litoral tenham um território menos extenso do que as freguesias do interior, registam uma maior densidade populacional.

Por último, **Valongo**, situado no distrito do Porto, é um concelho altamente povoado, com uma densidade populacional, em 2005, de 1 235,4 habitantes/km². É composto por 5 freguesias e é um concelho predominantemente urbano, ocupando uma área de 75,8 Km².

Estamos, assim, perante concelhos com densidades populacionais muito diferentes – do pouco populoso ao muito populoso, como é possível verificar no quadro seguinte.

Quadro 1 – Densidade populacional por concelho

Concelho	N.º habitantes por km ²
Mértola	6,2 hab/Km ²
Moura	17,1 hab/Km ²
Tavira	41 hab/Km ²
Montemor-o-Velho	111,4 hab/Km ²
Santarém	113,1 hab/Km ²
Montijo	116,9 hab/Km ²
Valongo	1235,4 hab/Km ²

Fonte: Diagnósticos municipais da igualdade de género

2.2. Um retrato sociológico na perspectiva da igualdade de género

Neste retrato sociológico dos sete concelhos procuraremos conhecer, na perspectiva da igualdade de género, as estruturas demográficas; as estruturas familiares; o nível de educação/escolarização; o emprego e o desemprego; a saúde (no que se refere a equipamentos e aos principais problemas de saúde); o desporto e a cultura (quanto às associações que existem e às principais práticas desportivas e culturais das populações); a distribuição do poder e dos cargos de tomada de decisão; apresentaremos, ainda, uma caracterização de grupos sociais específicos (população económica e socialmente desfavorecida, população idosa, população com deficiência, população imigrante e minorias culturais, mulheres vítimas de violência doméstica e crianças e jovens em risco). Serão também elencados alguns dos recursos físicos disponíveis nestes concelhos.

2.2.1. Estruturas demográficas

Importa, antes de mais, ter em consideração que estamos perante concelhos com dimensões populacionais bastante diferentes – desde o concelho de Mértola com 8 712 pessoas ao concelho de Valongo com 86 005 residentes.

Quadro 2 - População dos concelhos, em 2001 (n.º e taxa de feminização)

Concelhos	H/M	H	M	Taxa de feminização (%)
Mértola	8 712	4 334	4 378	50,2
Montemor-o-Velho	25 478	12 329	13 149	51,6
Montijo	38 170	18 310	19 860	52,0
Moura	16 590	8 345	8 245	49,7
Santarém	63 563	30 399	33 164	52,2
Tavira	24 997	12 480	12 517	50,1
Valongo	86 005	41 915	44 090	51,3

Fonte: Diagnósticos municipais da igualdade de género

Pela análise do quadro 2, podemos observar que em todos os concelhos existem mais mulheres do que homens, com excepção para o concelho de Moura. É, aliás, curioso, verificar que as taxas de feminização mais baixas se encontram nos concelhos do sul – Moura, Mértola e Tavira.

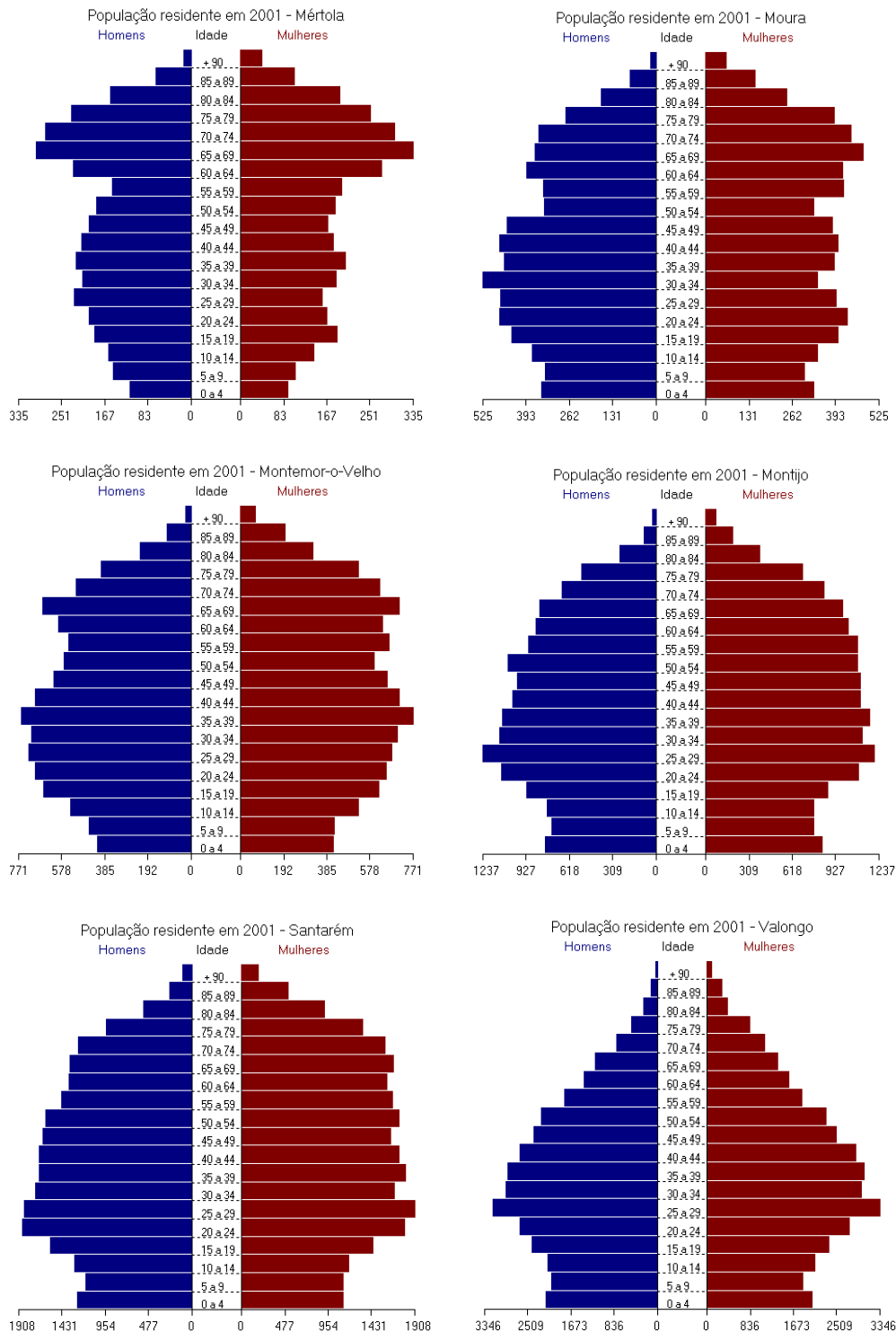
O concelho de **Montijo** tem vindo a registar um aumento populacional em muito devido aos movimentos migratórios: para 2005 o INE apontava um crescimento populacional a rondar os 0,55%, sendo 0,48% devido a movimentos migratórios. Também no concelho de **Montemor-o-Velho** o ganho populacional na faixa etária dos 25 aos 64 anos se deveu ao saldo migratório positivo.

O concelho de **Valongo** regista, igualmente, um crescimento da sua população – dados relativos a 2006 reportam a existência de 94 344 pessoas, o que significa um aumento de 8 339 pessoas, que, em boa parte, se deve a um acréscimo do número de mulheres munícipes (6 569). A taxa de natalidade situava-se, em 2001, nos 12,3‰, a de mortalidade nos 6,8‰ e a de crescimento natural nos 5,5‰.

Por outro lado, o concelho de **Moura** tem registado um decréscimo da sua população, em parte devido à baixa taxa de natalidade (10,8‰, enquanto que a taxa nacional é de 11,6‰) e a uma elevada taxa de mortalidade (15,5‰, sendo a nacional de 10,8‰), bem como devido a factores de ordem económica.

Também o concelho de **Tavira** regista uma fraca dinâmica populacional, sendo, em 2006, a taxa de crescimento natural do concelho negativa (- 0,51‰), resultante de uma taxa de natalidade de 8,6‰ e de uma taxa de mortalidade de 13,7‰. Porém, o fluxo migratório positivo, oriundo sobretudo de países de leste, é evidenciado por uma taxa de crescimento migratório (0,6‰).

Quanto à estrutura etária das populações¹⁰:



¹⁰ Para efeitos de síntese, pareceu-nos complicado apresentar a informação tal como aparece nos vários diagnósticos, pelo que se optou por recolher e incluir informação disponibilizada pelos Censos 2001 para cada concelho. Este procedimento não será comum às restantes dimensões pois este relatório constitui-se como síntese dos diagnósticos da igualdade de género apresentados pelos concelhos; apenas aqui, e para efeitos de uma melhor visualização, se tomou esta opção uma vez que todos os concelhos apresentaram dados (sob o formato de gráfico ou de quadro) referentes a esta matéria.

Da análise das pirâmides etárias acima apresentadas observam-se tendências quase opostas – estamos perante concelhos cujo envelhecimento é bastante acentuado (como o de Mértola) e outros onde se destaca o grupo etário dos 25 aos 29 anos (como os de Valongo, Santarém e Montijo).

Não obstante, a base da pirâmide é, para todos os concelhos, mais estreita do que o centro (população em idade activa). Existe, pois, em todos os concelhos considerados, uma tendência para o envelhecimento da população (para alguns destes concelhos a população com 65 e mais anos já tem um peso muito considerável), sem perspectivas imediatas de uma reposição geracional. Outro dado que ressalta é que o envelhecimento populacional é sobretudo feminino.

Tome-se como exemplo **Montemor-o-Velho** que, segundo dados referentes a 2006, apresentava um índice de dependência da população idosa que se situava nos 33,2% enquanto que o índice de dependência da população jovem se situava nos 19,2%. Para o concelho de **Santarém**, em 2001, o índice de dependência da população idosa situava-se nos 31,6% e o índice de dependência da população jovem nos 21,6%, e no concelho de **Tavira**, o índice de envelhecimento fixava-se, em 2006, nos 190%.

2.2.2. Estruturas familiares

O tipo de família que prevalece para os concelhos em análise é o casal com filhos seguido do casal sem filhos – 41,4% das famílias do **Montijo** eram casais com filhos e 27,2% casais sem filhos bem como 45,7% das famílias de **Montemor-o-Velho** eram casais com filhos e 28,2% casais sem filhos. Embora Valongo tenha utilizado dados relativos ao estado civil da população, é possível aferir que também em **Valongo** o tipo de família que prevalece é a do casal (54,8%) seguida da população solteira (38,2%).

Também no concelho de **Santarém** as famílias que aí residem são maioritariamente famílias com um núcleo, constituído por um casal e a residir com filho/a(s) (48%), logo seguidas das famílias constituídas por um casal sem filho/a(s) (34%). A dimensão média das famílias em Santarém era, em 2001, de 2,6 pessoas por família e cerca de 56% da população isolada (que não vivia inserida num núcleo familiar) tinha 64 ou mais anos.

Saliente-se que novas formas familiares como as famílias monoparentais, com origem em situações de divórcio ou de nascimentos fora da conjugalidade, são cada vez mais presentes. Esta é uma situação particularmente evidente para o concelho de **Montijo**, onde 42,6% dos nados-vivos surgem fora do casamento (enquanto que a média para Portugal se situa nos 30,7%) e, desses, 73,9% ocorrem em situação de coabitação de mãe e de pai (enquanto que para o país ocorre em 80,6% dos casos). No concelho de Montijo evidencia-se uma percentagem elevada de famílias monoparentais (18,3%), mais significativa na sede de

Concelho (11,6%). Para o concelho de **Valongo**, a taxa de divórcio era de 1,3%, valor inferior ao registado no país (1,8‰) e 18,1% dos nados-vivos ocorriam fora do casamento.

Aliás, o concelho de **Valongo** apresenta diferenças significativas entre homens e mulheres no que respeita ao estado civil *separados/as*, *divorciados/as* e *viúvos/as*: em qualquer um deles as mulheres predominam, sendo que por cada 100 indivíduos separados ou divorciados, cerca de 66 são mulheres; e essa disparidade é ainda maior no que respeita ao de viuvez, pois por cada 100 pessoas viúvas 84 são mulheres.

Importa, também, considerar o peso do género nestas “novas” famílias. Para o concelho de **Montijo**, mães com filhos representam 7,1% das famílias enquanto que pais com filhos representam 0,8%. Para o concelho de **Montemor-o-Velho** esses valores situam-se nos 5,2% e 1% respectivamente, e para o concelho de **Santarém** famílias constituídas por mãe com filho/a(s) representam 9% e pai com filho/a(s) representam 1% das famílias do concelho.

Em **Montemor-o-Velho** o número médio de pessoas por família é de 2,9. Em **Mértola**, por outro lado, encontramos mais mulheres do que homens a viver sós (514 e 239, respectivamente) e 69 dessas mulheres e oito desses homens têm crianças a seu cargo.

2.2.3. Educação/escolarização das populações

Mértola é um concelho pouco qualificado: 21% da sua população é analfabeta e 24,5% não completou a escolaridade obrigatória; e mais de metade da população analfabeta ou sem a escolaridade obrigatória é feminina (58% e 56%, respectivamente).

O cenário no concelho de **Montemor-o-Velho** não é muito diferente: 17,2% das pessoas residentes não possuía qualquer nível de escolaridade, 39,4% possuía o 1º ciclo e cerca de 14% o 2º ciclo do ensino básico. E, novamente, mais de metade da população sem qualquer nível de escolaridade ou apenas com o 1º ciclo era feminina. A taxa de analfabetismo, todavia, registou um decréscimo de 3,6% entre 1991 e 2001. Assim, de acordo com o diagnóstico, a baixa escolaridade da população residente, sobretudo feminina, *cria constrangimentos e minimiza as hipóteses de competitividade com outros territórios mais escolarizados e qualificados*.

No concelho de **Montijo**, 32% da população não tem mais do que o 1º ciclo do ensino básico e 53% tem a escolaridade mínima obrigatória. A taxa de retenção/abandono escolar precoce é relativamente elevada atendendo a que no ensino básico 9,6% dos rapazes e 6,7% das raparigas ficam retidos/as ou abandonam o ensino, e no ensino secundário essa taxa se fixa em valores muito elevados – 49,5% para os rapazes e 38% para as raparigas (dados de 2006).

O concelho de **Moura** é, igualmente, marcado por uma elevada taxa de analfabetismo sendo esta uma realidade feminina.

No concelho de **Santarém**, a população apresenta também um baixo nível de escolaridade: cerca de 14% não tem qualquer nível de ensino (a taxa de analfabetismo do concelho era, em 2001, de 9,9%, embora existam freguesias onde a percentagem de população analfabeta é mais elevada, ultrapassando os 20%) e 34% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico. Todavia, é de referir que cerca de 12% tem o ensino médio/superior.

E, por último, no concelho de **Valongo** a população sem qualquer nível de ensino representa cerca de 11% do total da população e 38% detém apenas o 1º ciclo do ensino básico. A taxa de retenção escolar é bastante elevada (14,1% relativa ao ano de 1999/2000) bem como a de abandono escolar (3%, valor acima da média nacional que se situa nos 1,7%).

2.2.4. Emprego e desemprego

Os dados referentes ao emprego não são dados fáceis de compilar. De facto, quase todos os diagnósticos apresentam um conjunto significativo de dados relativos ao desemprego mas relativamente poucos dados quanto ao emprego.

O concelho de **Montemor-o-Velho** tem uma taxa de actividade de 43,6%, tendo registado um aumento entre 1991 e 2001 motivado, em grande medida, pelo aumento da taxa de actividade feminina – as mulheres perfazem 43,2% da população activa do concelho. Aproximadamente metade da população economicamente activa tem entre 25 e 39 anos (43%), sendo que a maioria da população empregada (78,45%) era trabalhador/a por conta de outrem e cerca de 10% era empregador/a. Por outro lado, a população economicamente inactiva é maioritariamente feminina (61%), predominando nesta população o grupo de reformadas/os, aposentadas/os ou na reserva, seguido dos grupos das/os domésticas/os e de estudantes.

A taxa de actividade feminina no concelho de **Montijo**, em 2003, é de 46,2% e a masculina de 57,7%. Mas a maioria da população empregada nas empresas sediadas no concelho é feminina (51%), o que não é de estranhar pois as mulheres tendem a trabalhar nas proximidades da residência por motivos de uma melhor conciliação da vida profissional e familiar. As mulheres ocupam, maioritariamente, os grupos profissionais de praticantes e aprendizes, profissionais não qualificados e profissionais semi-qualificados, com uma forte presença (em termos numéricos) no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas. É, no entanto, nos sectores da educação e da saúde e acção social que a presença feminina predomina de forma mais acentuada, com taxas de feminização na ordem dos 80% e 91%, respectivamente.

Uma análise às taxas de feminização da população empregada no concelho de **Montijo** evidencia que à medida que se sobe nos níveis de escolaridade – do 2º Ciclo do Ensino Básico até à licenciatura – maior é a taxa de feminização.

Quadro 3 – População empregada no Concelho de Montijo, por nível de escolaridade (n.º e taxa de feminização)

Nível de escolaridade	HM	H	M	Taxa de feminização (%)
1º Ciclo do Ensino Básico	4 169	1 894	2 275	54,6
2º Ciclo do Ensino Básico	2 575	1 480	1 095	42,5
3º Ciclo do Ensino Básico	3 039	1 644	1 395	45,9
Ensino Secundário	2 665	1 178	1 487	55,8
Bacharelato	248	117	131	52,8
Licenciatura	743	325	418	56,2
Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	307	148	159	51,8
Ignorada	156	96	60	38,5
Total	13 902	6 882	7 020	50,5

Fonte: Plano Municipal para a igualdade de género no concelho de Montijo

De realçar que no **Montijo** existiam 1 781 empresas, das quais 409 eram pequenas empresas (até 4 funcionários/as) – ligadas à área do comércio por grosso e a retalho e da reparação de veículos automóveis – e apenas uma empresa tinha mais de 1 000 trabalhadores/as.

Também no concelho de **Montijo** se verifica que, em matéria de remunerações médias de base, o panorama é semelhante ao nacional – os homens auferem mensalmente 919,9 euros e as mulheres 745,05 euros –, sendo grande o diferencial que existe nalguns sectores (como o sector do comércio por grosso e a retalho e o da reparação de veículos automóveis, onde os quadros superiores masculinos recebem em média mais 198% que os femininos). Apenas no sector da saúde e acção social as mulheres recebem um salário superior ao dos homens (com uma diferença de 526 euros para os quadros médios e de 361 euros para os quadros superiores).

O concelho de **Montijo** apresenta ainda dados relativos à Câmara Municipal pois esta é uma das maiores entidades empregadoras do concelho – emprega 807 pessoas, na sua maioria (55,5%) mulheres. O pessoal dirigente e técnico superior na Câmara Municipal são predominantemente femininos (nomeadamente 66,7% e 52,9%).

No concelho de **Moura** a falta de emprego é um problema estruturante e de difícil resolução. A taxa de emprego tem vindo a diminuir ao longo dos anos: de 1991 para 2001 diminuiu de 15,2% para 14,6%. Maioritariamente os homens estão ligados ao sector primário e as mulheres às indústrias agro-alimentares (queijos, enchidos, doçaria, etc.) e às áreas sociais (escolas, lares, apoio domiciliário e centros de dia).

No concelho de **Santarém**, a taxa de actividade situava-se, em 2001, nos 53,8% para a população masculina e nos 41,7% para a população feminina. No que diz respeito ao emprego

feminino, acrescente-se que, das 33 164 mulheres residentes em Santarém com pelo menos um filho (cerca de 26,6% do total da população feminina), 71% têm actividade económica e encontravam-se, em 2001, empregadas, sendo que quase 90% destas eram casadas. A maioria destas mulheres tem idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos e um/a ou dois/duas filhos/as. As mulheres sem actividade económica são também, na sua maioria, casadas e também têm em média um/a ou dois/duas filhos/as.

O concelho de **Santarém** é um concelho onde predomina a agricultura e a agro-pecuária modernas, *empresarialmente organizadas e com produtividade competitiva em termos nacionais e europeus*, bem como se verifica um peso relativamente forte do emprego nos sectores sociais como a educação, a saúde e a acção social. Apresenta ainda um peso, maior do que a média nacional, de emprego em sectores com fraco desenvolvimento económico como o comércio, a reparação auto e de bens de uso pessoal e doméstico; baixas taxas de actividade nas freguesias rurais, fruto do envelhecimento dessas freguesias; baixas qualificações médias da população empregada, com menor peso dos quadros superiores, quadros médios, encarregados e chefes de equipa e ainda profissionais altamente qualificados, por comparação com Lisboa e Vale do Tejo e Continente.

Segundo dados de 2000, o número médio de pessoas por empresa no concelho de **Santarém** era de 6,7. É interessante observar que cerca de 80,6% da população do concelho de Santarém que trabalha ou estuda o faz dentro no concelho; e, ainda, que das 22 283 pessoas que residem e trabalham no concelho de Santarém, 57,8% demora a percorrer a distância casa-trabalho até 15 minutos, 6,7% entre 16 e 30 minutos e 1,06% mais de 31 minutos.

A população activa no Concelho de **Tavira** era, em 2001, de 10 916 pessoas, sendo a taxa de feminização de 43,7%. O sector terciário abrangia 57,5% do total da população activa, seguindo-se o sector secundário com 24,4%, e, por último, o sector primário (11,5%).

O Concelho de **Tavira** apresenta, também, dados relativos à Câmara Municipal, onde exercem funções mais homens (58%) do que mulheres (42%). No desempenho de cargos de direcção nos departamentos e chefia das divisões predominam as mulheres (75% e 67%, respectivamente). Por outro lado, em situação de contratação temporária, 77% são mulheres. É possível perceber-se, ainda, que subsistem estereótipos de género associados ao exercício de certas actividades relacionadas, por um lado, com infra-estruturas e equipamentos (mecânicos, carpinteiros, electricistas), trânsito (motoristas) e protecção (bombeiros) predominantemente masculinas, e, por outro lado, com limpeza (auxiliares de limpeza) e administração (auxiliares administrativas), predominantemente femininas.

Em **Valongo**, e segundo dados disponibilizados pelo Gabinete do Empresário da Câmara Municipal de Valongo, existem 2 751 empresas sedeadas no concelho, sendo que a maioria

dessas empresas (85,4%) têm menos de 10 trabalhadores/as e 12,9% tem entre 10 a 49 pessoas, predominando empresas ligadas ao sector terciário (61%), seguidos do secundário (38%). Essas empresas empregam 19 482 pessoas; uma grande parte dos/as trabalhadores/as concentra-se na indústria (46,8%), no comércio (20,4%) e na construção (15,5%). Apesar de a maioria das empresas estar ligada ao sector terciário, verifica-se que a maioria dos/as trabalhadores/as (62,3%) se concentra no sector secundário e que apenas 36,6% dos/as trabalhadores/as por conta de outrem estão integrados/as em empresas do sector terciário.

No que se refere ao desemprego, observa-se que no concelho de **Mértola**, 7,8% da população em idade activa está desempregada, perfazendo as mulheres cerca de 61% dessa população. Ainda, 60% das pessoas que estão desempregadas encontram-se a cargo de familiares sendo essa proporção mais elevada para as mulheres (67%) do que para os homens. E cerca de 20,6% encontra-se a receber subsídio de desemprego. Dado curioso é que apesar do panorama do desemprego ser mais feminino, somente 50% das pessoas que recebem subsídio de desemprego são mulheres.

No concelho de **Montemor-o-Velho**, a taxa de desemprego feminino (11,8%) era significativamente superior à masculina, quase triplicando-a (4,1%). A maioria da população desempregada inscrita no Centro de Emprego é feminina: dados de 2007 apontam para 63,2% de mulheres, com idades entre os 25 e os 44 anos, com baixa escolaridade e em situação de desemprego de longa duração. Aliás, 37% da população desempregada tinha entre 4 a 5 anos de escolaridade e cerca de 22% eram trabalhadores/as não qualificados/as.

Também no concelho de **Montjo**, o número de mulheres desempregadas inscritas no Centro de Emprego é superior ao dos homens (930 e 792, respectivamente), sendo particularmente significativa a amplitude do diferencial na classe etária do 25-34 anos (mais 113 mulheres do que homens desempregados); são também mais as mulheres que se encontram inscritas há 12 e mais meses no Centro de Emprego e, consequentemente, mais as mulheres que recebem subsídio de desemprego (55% dos subsídios atribuídos em 2005).

Regista-se um cenário muito similar para o concelho de **Moura** onde, em Junho de 2007, estavam inscritas como desempregadas 944 pessoas. Dessas, a maioria eram mulheres (58,3%) que se encontravam à procura de novo emprego (91%); de acordo com o diagnóstico local integrando a perspectiva de género do concelho de Moura, a empregabilidade é precária e o trabalho sazonal ligado à agricultura é uma realidade. Porém, entre as pessoas que se encontravam à procura do 1º emprego, a maioria é masculina (52%). É na faixa etária dos 35 aos 54 anos que encontramos mais mulheres e homens desempregadas/os. A maior parte das pessoas desempregadas está inscrita no centro de emprego há menos de 3 meses e tem uma experiência profissional ligada à agricultura e pecuária ou aos serviços e comércio; por outro lado, na sua maioria essas/es desempregadas/os são detentoras/es apenas de 4 ou 6 anos de

escolaridade. Contudo, entre as 10 pessoas desempregadas detentoras de uma licenciatura, nove são mulheres.

No concelho de **Santarém**, regista-se uma taxa de desemprego feminino superior ao masculino (as mulheres perfazem 58% da população desempregada no concelho), a existência de um desemprego elevado entre a população com escolaridade equivalente ao terceiro ciclo do ensino básico e secundário e uma elevada taxa de desemprego de jovens entre os 15 e os 24 anos. A maioria da população desempregada encontrava-se à procura de novo emprego (79,2%).

No concelho de **Tavira**, a taxa de emprego, em 2001, era de 6,4%, sendo muito superior o desemprego feminino (10,1%) comparativamente ao masculino (3,9%). O concelho de Tavira é, também, um concelho marcado pelo emprego sazonal, sobretudo durante a época de verão; para ilustrar tal facto, tomemos como referência o desemprego registado nos meses de Abril, onde estavam inscritas 480 pessoas, 61,6 % das quais mulheres, e de Julho de 2007, que contava com 287 pessoas desempregadas inscritas, 60,6% das quais mulheres.

No concelho de **Valongo**, a taxa de desemprego era ligeiramente superior à taxa de desemprego nacional, sendo, também, mais elevada para as mulheres (9,2%) do que para os homens (5,8%). Tomando por referência o mês de Julho de 2007, encontravam-se inscritas no centro de emprego mais mulheres do que homens – a taxa de feminização era de 63,5%; no entanto, foram colocados em emprego mais homens do que mulheres (sendo a taxa de feminização das colocações na ordem dos 46%).

2.2.5. Saúde

Nesta matéria, é possível apontar dois tipos de dados: uns relativos aos equipamentos de saúde existentes nos concelhos e outros relativos aos principais problemas de saúde das pessoas neles residentes.

No concelho de **Montemor-o-Velho** existe uma boa taxa de cobertura do Serviço Nacional de Saúde, tendo quase todas as freguesias uma extensão do centro de saúde, com um ou mais médicos/as de clínica geral. Os problemas relativos aos equipamentos são sobretudo ao nível das condições das instalações, dos serviços de enfermagem (sobretudo ao domicílio) e dos serviços de especialidade que são assegurados, essencialmente, por duas entidades privadas. No que respeita aos problemas de saúde, Montemor-o-Velho destaca alguns que se relacionam com problemáticas sociais, nomeadamente com:

- o elevado custo dos cuidados de saúde e dos fármacos, sobretudo para a população idosa e para as famílias com escassos recursos económicos (a maior percentagem de ajudas pecuniárias do Grupo de Intervenção Social Comunitário destina-se ao seu pagamento);

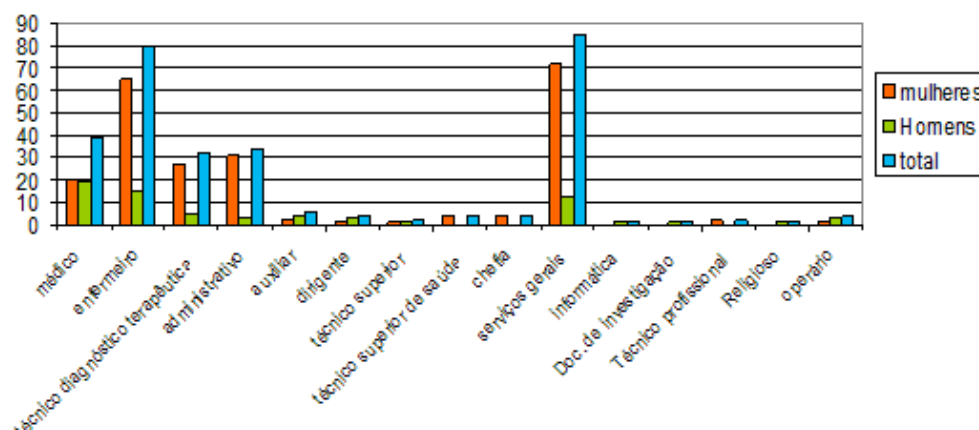
- o alcoolismo, referenciado em vários estudos sobre grupos de vulnerabilidade social no concelho, com registo, em Dezembro de 2000, de 126 casos de abuso crónico de álcool, sobretudo masculino (91,2% dos casos);
- e a toxicodependência, ainda que não identificada como uma problemática de grande expressividade no quotidiano das freguesias, regista, em nove das 14 freguesias, alguns casos.

O concelho do **Montijo**, tinha, em 2005, uma taxa bruta de mortalidade de 12,8%, superior à registada na Península de Setúbal (9,5%), uma taxa bruta de natalidade de 13,5%, comparativamente superior à da Península de Setúbal (10,4%) e à nacional (10,4%) e uma taxa de mortalidade infantil no quinquénio de 1999/2003 de 3,5%, sendo esta inferior à da Península de Setúbal (4,4%) e à do Continente (4,9%).

Em 2005, estavam inscritas no centro de saúde do **Montijo** e suas extensões 48 542 pessoas, tendo a maioria (43%) uma idade compreendida entre os 19 e os 44 anos. Porém, é a população com idade entre os 45 e os 64 anos e com 65 e mais anos que mais utiliza os serviços do centro de saúde, perfazendo, estas faixas etárias, 53% de toda a população utente. São as consultas de adulto as mais procuradas (68 551), em particular pelas mulheres (que totalizam 63% das pessoas em consulta de adultos), seguidas das consultas de saúde infantil dos 2 aos 13 anos (4 894) e das consultas de planeamento familiar (2 850). De acordo com dados de 2007, o número de pessoas inscritas no centro de saúde de Montijo aumentou para 54 031 (28 973 mulheres e 25 058 homens). Quanto aos seus recursos humanos encontramos, em 2006, tantas médicas como médicos.

Já o Hospital Distrital de **Montijo** teve, em 2006, uma taxa de ocupação de 60%, verificando-se 117 atendimentos por dia no serviço de urgência. No que se refere à distribuição dos recursos humanos do Hospital por categoria profissional denota-se uma taxa de feminização elevada para as várias categorias profissionais, sendo mais baixa na categoria de dirigente e nas categorias tradicionalmente desempenhadas por homens (técnico de informática e operário).

Gráfico 1 - Distribuição dos recursos humanos do Hospital de Montijo, por categoria profissional e sexo



Fonte: Ministério da Saúde, Hospital de Montijo – Balanço Social, 2005, *in* Plano Municipal para a igualdade de género no concelho de Montijo

Em 2001, estavam inscritos no Centro de Saúde de **Santarém** 62 845 utentes, 95% dos quais com médico/a de família. Cerca de 29% da população utente tinha mais de 60 anos. Uma análise por sexo e grupo etário das consultas da população adulta, em 2002, revela que as mulheres estão claramente em maior número.

Quadro 4 – Consultas da população adulta no Centro de Saúde de Santarém, segundo o grupo etário e sexo, em 2002 (%)

Grupo etário	H	M
19-44 anos	6	13
45-64 anos	11	21
65 e mais anos	19	30
Total	36	64

Fonte: Diagnóstico municipal da igualdade de género do Concelho de Santarém

No concelho de **Santarém**, existiam, em 2000, 3,2 médicos/as por 1000 habitantes. O concelho dispõe de um centro de saúde com 24 extensões; no conjunto, em 2002, havia 164 pessoas ao serviço no centro de saúde, 36 médicos/as e 38 enfermeiros/as. Em 2003 esse valor aumentou para 170 pessoas, entre as quais se contam mais 2 médicos/as e 4 enfermeiros/as.

Quanto à população utente do Centro de Atendimento a Toxicodependentes de **Santarém**, verifica-se que a grande maioria é masculina (87%), grande parte com idades entre os 25 e os 34 anos e sem a escolaridade mínima obrigatória. Entre a população toxicodependente apoiada pelo Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, 80% encontra-se abrangido por um processo de Rendimento Social de Inserção.

No concelho de **Valongo**, dados relativos à população toxicodependente em tratamento no Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Norte revelam que, no 1º semestre de 2004, existiam 384 doentes activos/as, dos quais 91% eram do sexo masculino; 55% dos/as utentes

tinham idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos de idade, cerca de 7% tinham idade inferior a 25 anos e cerca de 9% idade superior a 45 anos. Salienta-se, ainda, que na população utente com idades entre os 15 e os 19 anos bem como na população utente com 45 e mais anos não se encontra qualquer mulher.

Já no que se refere à gravidez na adolescência, no Concelho de **Valongo**, no decorrer dos anos 2003 e 2004, foram registadas um total de 32 grávidas adolescentes. Desse universo, a maioria das situações (68,8%) tinha idade compreendida entre os 17 e os 18 anos, tendo sido registada uma situação de uma jovem com apenas 13 anos de idade.

Quanto a doenças de foro mental, e segundo dados relativos ao número de doentes em Consulta de Psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Conceição (em Valongo), existiam mais mulheres (2611) doentes em Psiquiatria do que homens (1 092), correspondendo a uma taxa de feminização de 70,5%.

2.2.6. Desporto e cultura

No concelho de **Montemor-o-Velho** existem 79 associações e colectividades de natureza cultural, recreativa, desportiva e humanitária. A promoção cultural e etnográfica e a prática desportiva são as actividades predominantes e o âmbito geográfico de actuação é a freguesia.

No concelho de **Montijo** existem 89 equipamentos desportivos (entre campos de futebol, piscinas, pavilhões poli-desportivos e outros). A maioria da população praticante de uma modalidade desportiva pratica futebol (21%), natação (14%) e basquetebol (10%); as modalidades desportivas menos praticadas são o voleibol (5%), o atletismo (4%) e o ténis (2%). Numa análise de género, verifica-se que mais homens praticam o futebol e o basquetebol e mais mulheres a natação e a dança.

Existe, ainda no concelho, cerca de 50 clubes/colectividades desportivas. Em 2006, a Câmara realizou um estudo procurando conhecer os comportamentos de prática desportiva, o perfil social de praticantes e as atitudes perante o desporto, tendo por base uma análise de género; este estudo incidiu sobre a população sócia de clubes/colectividades desportivas do Concelho. Concluiu-se que a faixa etária predominante dos/as associados/as é a dos 35 aos 60 anos (45%), seguida da dos 19 aos 35 anos (32%). No que respeita a dirigentes associativos/as e administrativos/as, a sua maioria caracteriza-se por ser elemento do sexo masculino (80%), havendo uma pequena percentagem (20%) de mulheres dirigentes associativas e administrativas; a média de idade dos/as dirigentes desportivos situa-se entre os 50 e 60 anos, sendo a dos/as presidentes entre 55 e 65 anos.

No que se refere aos equipamentos culturais, existem no concelho de **Montijo** vários equipamentos nomeadamente: biblioteca municipal com duas extensões e uma carrinha

itinerante, um museu municipal com quatro pólos, um cine-teatro, dois cinemas, uma galeria municipal e 45 colectividades de cultura e recreio.

De acordo com dados referentes à Biblioteca Municipal de **Montijo**, para o mês de Outubro de 2007, verificou-se uma maior procura no regime de consulta local/empréstimo ao domicílio por parte de mulheres (76,6%) comparativamente a homens (23,4%). Verificou-se, também, que apenas duas pessoas com deficiência acederam aqueles serviços (ambas do sexo masculino), bem como 14 pessoas originárias de países africanos (todas do sexo feminino). As faixas etárias de maior afluência foram a de adultos/as entre 26 e 65 anos (48,6%), seguidos de adolescentes entre os 11 e os 18 anos (29,7%).

O Museu Municipal de **Montijo** facultou dados referentes a visitantes da exposição “*Praça de Toiros Amadeu Augusto dos Santos, 50 anos de Tradição: Entre o Passado e o Presente*”, onde a afluência foi maioritariamente masculina; de salientar que o pessoal técnico deste equipamento cultural é todo feminino. Por outro lado, a Galeria Municipal, durante o período de aproximadamente um ano (entre 3 de junho de 2007 e 30 de Abril de 2007) foi visitada por mais mulheres do que homens.

As actividades levadas a cabo pelo Gabinete de Desenvolvimento Associativo e Cidadania da Câmara de **Montijo** tiveram uma maior adesão por parte do público feminino que do masculino. No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Câmara Municipal de Montijo tem vindo a assinalar a data com iniciativas culturais traduzidas em acções pontuais de sensibilização para a violência doméstica e/ou as desigualdades de género (como, por exemplo, o bailado “*O Desejo Veste o Corpo*”, em 2006 e o teatro “*A Super Mulher*”, em 2007). Por outro lado, através de uma iniciativa da Junta de Freguesia de Montijo, é atribuído o prémio “*Barca Aldegalleja*”, destacando-se a homenagem a 22 mulheres e 8 homens.

No concelho de **Moura** existem 67 associações de âmbito desportivo, cultural, recreativo, entre outros. Destas, 21 são desportivas (11 na sede de concelho) e desenvolvem actividades tais como o futebol e a pesca desportiva; e 39 são culturais e recreativas cujas actividades se inscrevem nos grupos corais, teatro e banda filarmónica.

No concelho de **Santarém**, de 2001 a 2002, o número de utentes dos equipamentos desportivos cresceu cerca de 35%; ainda, a população utente é maioritariamente praticante de desporto federado.

Quanto às associações culturais no concelho de **Santarém**, a maioria actua, fundamentalmente, no domínio lúdico e desportivo, dirigindo a sua acção à localidade e à comunidade residente. O âmbito territorial da intervenção é, em 41% dos casos, a freguesia e

em 25% a localidade. A dimensão média é também muito reduzida e mesmo quando o número de sócios/as é significativo a actividade associativa não é elevada.

No concelho de **Tavira** existem 50 associações desportivas e 44 associações culturais.

2.2.7. Poder e tomada de decisão

Neste ponto iremos procurar saber como se encontram distribuídos, em função do sexo, os cargos de poder e de tomada de decisão sobretudo ao nível da participação e representação política mas também ao nível de representação institucional e associativa.

Importa, antes de mais, proceder a uma leitura global da participação de mulheres em cargos de eleição política nas câmaras e assembleias municipais dos concelhos em análise.

Quadro 5 - Mulheres e homens em cargos de eleição política nas câmaras e assembleias municipais dos sete concelhos (n.º e taxa de feminização), 2008

	Mulheres	Homens	Taxa de feminização (%)
Câmaras Municipais	14	39	26,4
Assembleias Municipais	34	192	15

Fonte: cálculos nossos, de acordo com informação disponibilizada nos *websites* das Câmaras Municipais participantes no Projecto (Fevereiro de 2008)

Pela análise do quadro 5 constata-se a existência de um grande diferencial na participação de mulheres e de homens no poder político local – as mulheres representam 15% do total de pessoas eleitas para as assembleias municipais e 26,4% das pessoas eleitas para as câmaras municipais. De referir que, entre os concelhos participantes, apenas o concelho de Montijo é presidido por uma mulher¹¹.

Numa análise por concelho, verifica-se que, em **Mértola**, a Câmara Municipal conta com cinco representantes eleitos, dos quais apenas uma mulher e sem qualquer pelouro atribuído. A Assembleia Municipal é composta por um presidente e 24 elementos, entre os/as quais apenas seis são mulheres. Também nas nove Juntas de Freguesia apenas uma conta com uma presidência no feminino.

Ainda de acordo com o diagnóstico do concelho de **Mértola**, no seu agrupamento de escolas a maioria do pessoal docente é feminina (79%), e muito embora a direcção seja composta por quatro mulheres e um homem, a sua presidência nunca foi feminina. Por seu lado, e ao nível do associativismo, o Núcleo de Voluntariado de Mértola é presidido por uma mulher e conta com 29 voluntárias e dois voluntários; a Santa Casa da Misericórdia, que conta com 12 valências da responsabilidade técnica de mulheres, tem um homem como provedor; e das restantes treze ONGs com assento na Rede Social, apenas três são presididas por mulheres.

¹¹ Em Portugal, para o total de concelhos, existem 19 mulheres a presidir câmaras municipais contra 289 homens.

Quanto ao **Montijo**, dos sete elementos que compõem actualmente o Executivo da Câmara Municipal, existe uma mulher Presidente e duas Vereadoras. Uma análise temporal (patente no quadro 6) vem mostrar uma evolução positiva quanto a uma maior participação feminina nos cargos de poder e de tomada de decisão ao nível local na Câmara de Montijo.

Quadro 6 – Vereação e Presidência da Câmara Municipal de Montijo, entre 1977 e 2009, por sexo

04.Jan.1977 a 31.Dez.1979		
Homem	Mulher	Total
7	0	7
02.Fev.1980 a 31.Dez.1982		
9	1	10
03.Jan.1983 a 31.Dez.1985		
8	1	9
08.Jan.1986 a 03.Jan.1990		
8	1	9
12.Jan.1990 a 31.Dez.1993		
11	2	13
06.Jan.1994 a 31.Dez.1997		
8	2	10
09.Jan.1998 a 31.Dez.2001		
7	3	10
07. Jan.2002 a 25.Out.2005		
5	3 ⁸¹	8
26.Out. 2005 a Dez.2009		
4	3	7
Total: 67	Total: 15	Total: 83

Fonte: Plano Municipal para a igualdade de género no concelho de Montijo

Relativamente à Assembleia Municipal do **Montijo**, dos 29 elementos que a constituem, seis são mulheres e nenhuma é líder de bancada; o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia é desempenhado por um homem. No que respeita às freguesias que fazem parte do concelho de Montijo, apenas a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes é presidida por uma mulher. Quanto ao quadro de pessoal dos órgãos autárquicos, verificamos que as Juntas de Freguesia têm um quadro de pessoal maioritariamente feminino, com idades compreendidas entre 18 e 55 anos, casadas e com ensino secundário; já nas Assembleias de Freguesia do concelho, a maioria dos elementos que as constituem são homens (68%), sendo que 50% dos elementos das Assembleias de Junta tem o ensino secundário ou superior; a maioria dos homens tem idade entre os 30 e 34 anos e os 50 e 59 anos e as mulheres idade entre os 40 e 44 anos e os 50 e 59 anos.

Ainda no concelho de **Montijo**, constata-se que nas instituições de apoio à infância e a pessoas idosas, a maioria dos cargos de coordenação são desempenhados por mulheres. Já no que se refere ao sector do ensino e da formação, e sendo este um sector predominantemente feminino, considerando os órgãos de gestão dos Agrupamentos e Escolas do Concelho de Montijo e das Escolas Secundarias e Escola Profissional, assistimos a uma forte presença masculina (71%).

O concelho de **Moura** nunca teve uma mulher como Presidente da Câmara, e actualmente apenas existe uma mulher vereadora. Segundo os resultados das últimas eleições autárquicas de Outubro de 2005, das 116 pessoas eleitas no concelho de Moura, 24 foram mulheres. Entre

as pessoas eleitas para os vários órgãos autárquicos, há a destacar os seguintes números: na Câmara Municipal, do total de sete eleitos/as, duas são mulheres; na Assembleia Municipal, de 21 eleitos/as, três são mulheres; nas Juntas de Freguesia, de oito presidentes, duas são mulheres; como Secretários de Juntas de Freguesia, das 16 pessoas eleitas, três são mulheres; nas Assembleias de Freguesia das sessenta e quatro pessoas eleitas, cinco são mulheres; e como Secretários das Assembleias de Freguesia, de 16 pessoas eleitas, seis são mulheres.

O concelho de **Moura** apresenta, ainda, dados relativos à Direcção e Administração da Escola Profissional de Moura, que conta com oito elementos do sexo feminino e um do sexo masculino.

No concelho de **Tavira**, foram eleitos/as 144 autarcas (2005-2009), na sua grande maioria homens. Assim, a composição dos órgãos autárquicos pauta-se pelos seguintes números:

- na Câmara Municipal a Presidência recai sobre um homem, 71% são homens e 29% mulheres;
- a Assembleia Municipal é, também, presidida por um homem e composta por 76% de homens e 23% de mulheres;
- e as Juntas e Assembleias de Freguesia apresentam números que variam entre os 67% e os 92% de homens e 8% e 33% de mulheres.

2.2.8. Grupos sociais específicos

Uma análise de género às condições de vida de grupos sociais específicos permite dar uma evidência acrescida a situações de múltipla discriminação, em que o género, enquanto dimensão transversal e estruturante, se associa a diferentes fundamentos de discriminação.

2.2.8.1. População económica e socialmente desfavorecida

No concelho de **Mértola**, 557 agregados familiares solicitaram, entre 2001 e 2006, apoios habitacionais; desses agregados, 65% são representados por mulheres. Quanto aos 1 116 agregados familiares detentores do cartão social, em Dezembro de 2006, 58% são igualmente representados por mulheres.

O Concelho de **Montemor-o-Velho** contava, em Março de 2004, com 226 titulares do Rendimento Social de Inserção (RSI), 75% dos quais eram mulheres, na sua maioria com 45 e mais anos. Um número significativo das famílias abrangidas eram famílias monoparentais femininas (21,7%) e agregados isolados femininos (cerca de 20,8%). Em Novembro de 2007, dos 529 indivíduos a frequentar acções de formação no âmbito do RSI, 261 eram mulheres. E, no total, eram abrangidas 654 pessoas pelos Acordos de Inserção.

De acordo com o diagnóstico do concelho de **Montemor-o-Velho**, a situação de pobreza no concelho é *duradoura, multifacetada e multiassistida*. Não se trata de simples carência económica, os dados dão conta de problemas ao nível: da saúde (problemas de saúde, alcoolismo, carência de cuidados e ausência de comportamentos preventivos); habitação (degradação e falta de equipamentos básicos); educação (baixa escolaridade, abandono e insucesso escolar, desvalorização da escola enquanto factor de integração e promoção escolar ou impossibilidade económica de prosseguir os estudos); emprego (desemprego mais ou menos prolongado, precariedade e intermitência de rendimentos, instabilidade dos vínculos laborais), inter-relacionamento familiar (baixas competências parentais, desestruturação familiar, violência doméstica), da sociabilidade em geral (desenraizamento social e cultural, baixas competências pessoais e social) e, ainda, ao nível do conhecimento e entendimento de si (baixo auto-conceito e baixa auto estima)¹².

No Concelho de **Montijo** existem 556 fogos de habitação social, salientando-se, aqui, uma maior preponderância das mulheres enquanto titulares dos contratos de habitação (63%), sendo igualmente observável alguma incidência de pessoas de etnia cigana (7%), também maioritariamente mulheres. Um estudo realizado no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) do concelho de Montijo revelou, por um lado, que nos dois maiores bairros sociais (Esteval e Caneira), 21,4% e 17% das famílias são monoparentais; por outro lado, também se constata a existência de uma elevada percentagem de famílias com mais de um núcleo nos bairros sociais da Caneira (22,2%), Esteval (18,4%) e Afonsoeiro (13,7%).

Quanto aos atendimentos sociais realizados pelo Gabinete de Saúde e Acção Social, constata-se uma maior procura por parte das mulheres (68%), com particular incidência de mulheres idosas.

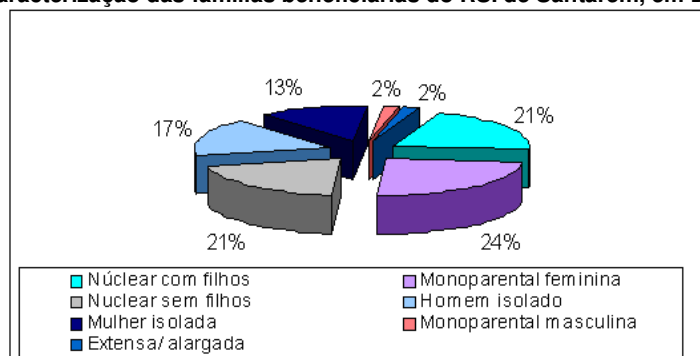
Ainda para este Concelho, e tomando em consideração os dados referentes ao 1º semestre de 2007, são as mulheres que maioritariamente (79%) recorrem ao Rendimento Social de Inserção. Contudo, se atendermos a outros equipamentos locais de referência no que respeita a apoio social a pessoas economicamente desfavorecidas, nomeadamente a Cantina Social, verificamos que esta tem acordo para 47 utentes, sendo que entre estes apenas três são do sexo feminino.

O concelho de **Santarém** tinha, em 2001, 503 famílias e 1 280 beneficiários/as do RSI, o que correspondia a 2% da população residente (em 2002, essa percentagem baixa um pouco, situando-se nos 1,7%). A maioria dos agregados beneficiários são famílias monoparentais femininas (24%), seguidas das famílias nucleares com filhos/as (21%); o grande peso das famílias monoparentais femininas no total de famílias beneficiárias do RSI evidencia a enorme

¹² In *Diagnóstico Municipal da Igualdade de Género do Concelho de Montemor-o-Velho*.

vulnerabilidade à pobreza por parte deste tipo de famílias (recordamos que a monoparentalidade feminina corresponde a cerca de 9% do total de famílias em Santarém).

Gráfico 2 - Caracterização das famílias beneficiárias do RSI de Santarém, em Dezembro 2002



Fonte: Diagnóstico municipal da igualdade de género de Santarém

Uma análise de género da população requerente desta medida, em 2002, revela que, em Santarém, são as mulheres que mais frequentemente requerem a atribuição da medida (68%); no que se refere à idade, verificamos que a população requerente é, em boa parte, constituída por adultas/os jovens (entre os 25 e os 34 anos) e pessoas com idades entre os 56 e os 64 anos (ambos os grupos com 20%). Porém, se existe algum desequilíbrio de género na população requerente, o mesmo não se verifica na população beneficiária, pois as mulheres apenas perfazem 45% da população beneficiária do RSI em 2002.

2.2.8.2. População idosa

No concelho de **Montemor-o-Velho**, residiam, em 2003, 7 876 pensionistas, na sua maioria (60,5%) mulheres. As pensões por velhice representavam a maioria das pensões atribuídas, seguidas das de sobrevivência, e por último das de invalidez; os valores médios mensais por pensionista estavam abaixo dos 300€, apresentando as mulheres valores médios inferiores aos dos homens.

No concelho de **Montijo**, em 2005, a população idosa representava 17,7% do total da população, sendo a sua maioria mulheres (58%). Em 2006, o Montijo apresentava um índice de envelhecimento de 107,7%, sendo que este índice tem valores muito diferentes para homens (88,2%) e para mulheres (128,1%). Também em 2006, 6 772 pessoas recebiam uma pensão por velhice (sendo a taxa de feminização de 54,9%); tendência semelhante segue a pensão de sobrevivência, que é, claramente, atribuída a mais mulheres (82,9%).

Tem vindo a tornar-se notória uma maior procura por parte da população idosa, sobretudo feminina, do Gabinete de Saúde e Acção Social da Câmara Municipal de **Montijo** - do total de utentes atendidos/as por este serviço (605), 31% eram idosos/as (dos quais 73% do sexo feminino). Constata-se, igualmente, que dos 1 407 requerentes de apoio alimentar disponibilizado pelo Concelho, 19% são pessoas idosas (72% do sexo feminino).

Já no Concelho de **Moura** existiam, em 2001, 3 710 pessoas com 65 e mais anos, na sua maioria mulheres. São, também, mais as mulheres que recorrem aos equipamentos e serviços de apoio à população idosa – das 482 pessoas que os frequentam, 286 são mulheres.

O concelho de **Santarém** tinha, em 2000, 16 492 pessoas a receber pensões de invalidez, velhice ou sobrevivência, correspondendo a 26% do total da população.

O concelho de **Tavira** tinha, em 2006, 7 379 pensionistas, sendo a sua maioria mulheres (58,2%), número particularmente elevado no que se refere a beneficiárias de pensões de sobrevivência (83%).

2.2. 8.3. População com deficiência

No concelho de **Mértola** existem 712 pessoas com incapacidade permanente para o trabalho ou com deficiência. Destas, apenas 53 pessoas se encontram a trabalhar, 14 das quais são mulheres. Das 116 pessoas com deficiência, apenas quatro (entre as quais uma mulher) recebem apoio permanente de uma instituição especializada.

No concelho de **Montijo** existiam, em 2001, 2 213 pessoas com deficiência (o que representa 6% da população residente), apresentando homens e mulheres valores percentuais similares (3%), ainda que em números absolutos o Concelho acompanhe a tendência nacional de preponderância do sexo masculino neste tipo de problemática (1 116 homens para 1 097 mulheres). A Câmara Municipal de Montijo tem feito esforços no sentido de dotar os equipamentos e os espaços públicos de estruturas acessíveis a esta população.

Em 2006, a Segurança Social tinha atribuído 123 subsídios por deficiência e 20 por frequência em estabelecimento de educação especial no **Montijo**. Também em 2006 foram atribuídos 1327 subsídios por invalidez, sendo a maioria da população requerente do sexo feminino (54%). E, segundo dados apresentados no âmbito do Prémio Municipal de Integração de Pessoas com Deficiência do Montijo, existem 18 pessoas contratadas por empresas do concelho, uma boa parte das quais a trabalhar em lavandaria e na acção social.

Em 2001, existiam no concelho de **Moura** 980 pessoas com deficiência, sendo a sua maioria feminina. A deficiência visual é o tipo de deficiência que atinge um maior número de pessoas (316), e particularmente de mulheres (185), seguida da deficiência motora (183), embora esta seja predominantemente masculina (106 homens).

Quadro 7- População com deficiência residente no Concelho de Moura, em 2001, segundo o tipo de deficiência e sexo por grau de incapacidade atribuído

	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia cerebral		Outra deficiência	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Total	980	458	139	52	316	131	183	106	135	69	29	12	178	88
Sem grau atribuído	543	235	91	31	241	95	69	37	64	34	4	1	74	37
< 30%	51	29	5	4	9	4	15	10	11	5	---	---	11	6
30 a 59%	93	48	19	9	20	9	21	13	14	9	1	1	18	7
60 a 80%	121	72	5	3	17	10	30	22	20	13	5	1	44	23
> 80%	172	74	19	5	29	13	48	24	26	8	19	9	31	15

Fonte: Censos 2001, in Diagnóstico municipal da igualdade de género do Concelho de Moura.

No Concelho de **Santarém** existiam, em 2001, 4 155 pessoas com algum tipo de deficiência, sendo a maioria dos casos visual (27,2%), motora e outros tipos de deficiência não especificados (ambos com 24,8%). Por outro lado, 27% das pessoas com deficiência do concelho tinham entre 60 a 74 anos enquanto o grupo dos 0 aos 14 anos apenas representava 5,5% (todavia, o apoio à pessoa com deficiência encontra-se concentrado nas faixas etárias mais jovens). Cerca de 27,4 % das pessoas com deficiência tinham actividade económica, encontrando-se a maioria empregada (91%); as restantes pessoas que não tinham actividade económica (72,6%) estavam, na sua maioria, reformadas, aposentadas ou na reserva (65,1%) ou incapacitadas permanentemente para o trabalho (21,5%). Assim, o principal meio de vida era, para mais de metade das pessoas com deficiência, a pensão ou a reforma; juntamente com os indivíduos que estão dependentes de apoio social, rendimento social de inserção, subsídio de desemprego ou outros subsídios temporários, somam 63% do total da população com deficiência.

No concelho de **Santarém**, relativamente ao apoio a alunos/as com necessidades educativas especiais, constata-se que, entre os dois últimos anos escolares, aumentou o número de crianças e jovens apoiados, seja qual for o nível de ensino, à excepção do 3º ciclo e secundário. Existem ainda 10 alunos/as com necessidades educativas especiais que, no ano lectivo de 2002/2003, tinham apoio em regime de domicílio.

Quadro 8 - Alunos/as com necessidades educativas especiais apoiados, no concelho de Santarém

Níveis de Ensino	2001/2002	2002/2003
Pré- escolar	30	35
1º ciclo	144	187
2º e 3º ciclo	65	78
3º ciclo e secundário	10	10

Fonte: Diagnóstico Social do concelho de Santarém

No concelho de **Tavira** existiam, em 2001, 1 577 pessoas com deficiência, mais homens (848) do que mulheres (729), correspondendo a 6,3% do total da população do concelho. A grande maioria dessas pessoas tinha idade entre os 25 e os 64 anos ou 65 e mais anos (42,5% respectivamente). Quanto ao tipo de deficiência, 31% era visual e 26% motora.

2.2.8.4. População imigrante e minorias culturais

No concelho de **Montijo**, em 2006, 748 pessoas requereram o atestado de residência; destas, 300 são mulheres. Este concelho tem um serviço de apoio à população imigrante (Centro Local de Apoio ao Imigrante), que, entre 2003 e 2006, atendeu 340 imigrantes, a maioria do sexo feminino (55%), com idade entre os 18 e os 30 anos e com 9 e mais anos de escolaridade (mais de 70% dos/as imigrantes atendidos/as) e oriundas/os, com maior preponderância, da Roménia, do Brasil e da Ucrânia. Um pouco mais de 25% desses e dessas imigrantes tem contrato de trabalho, muito embora se encontrem outros/as em situação de desemprego ou sem contrato de trabalho (com valores que se situam também um pouco acima dos 25% para cada situação). Quanto às profissões, uma percentagem considerável das imigrantes é empregada de limpeza e uma percentagem considerável dos imigrantes é pedreiro. A Câmara Municipal de Montijo tem um projecto (a decorrer desde 2006) que procura contribuir para a melhoria da integração social de 30 descendentes de imigrantes e minorias étnicas com idade entre os 6 e os 18 anos.

No concelho de **Moura** predomina a etnia cigana. A comunidade cigana em Moura é composta por famílias sedentarizadas que residem em aglomerados de barracas. Segundo dados do levantamento efectuado no terreno pelo *Novos Rumos II - Projecto de Integração Sócio-Económica das Minorias Étnicas*, promovido pela Câmara Municipal de Moura, a comunidade de etnia cigana conta com 672 pessoas.

Quadro 9 - N.º de famílias e de pessoas de etnia cigana a viver no concelho de Moura

Local	Nº de Famílias	Nº de pessoas
Edifícios do Girassol	20	88
Largo da Feira Velha	28	123
Refer	24	100
Estrada dos Machados – Vale de Rãs	16	71
Amareleja	6	30
Sobral da Adiça	20	89
Estrada de Brinches	5	24
Póvoa de S. Miguel	19	70
Cruzamento do Parque de Feiras	4	13
Espadanal - Intermarché	8	30
Santo Aleixo da Restauração	6	30
Total	156	672

Fonte: Levantamento do Projecto Novos Rumos II - Outubro 2007 *in* Diagnóstico municipal da igualdade de género do Concelho de Moura

Estes aglomerados familiares estão, na sua maioria, instalados em terrenos envolventes à cidade, encontrando-se a maior concentração de famílias no Largo da Feira Velha na cidade de Moura (uma comunidade actualmente com 28 famílias mas que já chegou a ter 51 famílias).

A população cigana é, na sua maioria, beneficiária do Rendimento Social de Inserção, sendo, em 2004, maior o número de mulheres titulares do RSI (257) que o de homens (223).

A comunidade imigrante romena e moldava em **Moura** é a minoria cultural com maior peso, depois da etnia cigana. Esta comunidade formou uma Associação com sede na cidade de Moura chamada “ACIRMA”. Segundo dados fornecidos pela mesma, em Agosto de 2007, a associação conta com 49 sócias/os, sendo 37 do sexo masculino e 12 do sexo feminino. Entre os sócios do sexo masculino, 23 encontram-se em idade activa (entre os 25 e os 54 anos) e 4 com menos de 25 anos. Entre as sócias do sexo feminino, 7 estão em idade activa, 4 tem menos de 25 anos e uma tem mais de 55 anos. A escolaridade predominante entre as/os associadas/os é o 10º ano, seguindo-se o 12º ano e o ensino superior. Os homens encontram-se maioritariamente a trabalhar em profissões ligadas à agricultura, pecuária e construção civil, e as mulheres na agricultura, pecuária e nos serviços domésticos.

Vivem, também, no concelho de **Moura** algumas famílias brasileiras e cerca de 20 pessoas chinesas que se dedicam à actividade do comércio.

No concelho de **Santarém**, de acordo com os Censos de 2001, residiam 529 imigrantes. No entanto, dados relativos ao distrito de Santarém indicam que, em 2002, solicitaram autorização de residência 8 430¹³ novos casos, a sua maioria homens em idade activa (85%) oriundos da Europa do Leste (81%), sendo que, de acordo com os dados da Inspeção Geral do Trabalho, 5 808 estrangeiros tinham contratos de trabalho registados no distrito de Santarém, na quase totalidade contratos a termo certo (apenas 2,6% das pessoas que solicitaram o registo do seu contrato de trabalho tinham um contrato sem termo), e na sua maioria com profissões ligadas ao sector da construção civil e obras públicas, sendo a profissão mais frequente a de servente da construção civil.

Em 2001, residiam no concelho de **Tavira** 1 256 pessoas estrangeiras. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, este valor aumentou, em 2005, para 2 557 pessoas, na sua grande parte oriundas da Grã-Bretanha, Ucrânia e Brasil. Tavira também acolhe imigrantes oriundos/as da Europa de Leste, predominando os indivíduos do sexo masculino, em idade activa, casados e com habilitações escolares médias e superiores, trabalhadores de economia informal. Os/as alunos/as com nacionalidade estrangeira representam, em 2007, 8,4% da população escolar, particularmente oriundos do Brasil (17%), de Inglaterra (13,6%), da Roménia (13,3%) e Bulgária (12,9%).

2.2.8.5. Vítimas de violência doméstica

Existe, no concelho de **Montijo**, um serviço de apoio jurídico em diversas áreas às mulheres do concelho (*Espaço Informação Mulheres*). Dos atendimentos realizados por este serviço, 34,4% reportaram-se a questões de violência doméstica; mas considerando o total das mulheres atendidas verifica-se que 41% já foi vítima de violência doméstica. Desde o ano da criação deste espaço até 2006 tem-se verificado alguma diminuição no número de mulheres vítimas de

¹³ Dados segundo o *Relatório sobre a Evolução do Fenómeno Migratório, 2002*, publicado pelo IDICT.

violência doméstica que recorrem a este serviço, com excepção para o ano de 2006 em que se regista um acréscimo (33 mulheres recorreram a este serviço em 2006 face a 25 mulheres em 2005).

Este concelho tem, desde 2001, uma Rede de Apoio às Mulheres em Situação de Violência (RAMSV). A RAMSV, que integra diversas instituições a actuar no concelho, delineou um plano de acção com o objectivo de *“contribuir para uma maior autonomia e melhoria da qualidade de vida das mulheres sobreviventes de violência doméstica”* e de disponibilizar *“uma resposta mais eficaz às sobreviventes de violência doméstica, bem como, prevenir a reincidência do agressor”*¹⁴.

O concelho de **Moura** dispõe de uma casa abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica; a funcionar desde 2000, esta casa acolheu, até à data, 41 mulheres e 60 crianças. Dados disponibilizados pela GNR, autoridade policial com competência nas zonas rurais, registaram-se, em 2006, 12 ocorrências de violência entre cônjuges.

2.2.8.6. Crianças e jovens em risco

O concelho de **Moura** tem a funcionar, desde 2004, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ); até final de Julho de 2007, a CPCJ foi chamada a intervir em 137 casos, destes 54 relativos a crianças e jovens do sexo feminino e 83 do sexo masculino. Destes casos, 100 são oriundos da cidade de Moura e os restantes 37 das 6 freguesias rurais. Os casos que surgem com maior frequência referem-se a crianças com 8 anos de idade (17 casos), seguindo-se os de crianças com 12 anos (14 casos) e crianças de 5 e 14 anos (11 casos). Os motivos da intervenção prendem-se com a negligência familiar (93 casos), os maus-tratos psicológicos/abuso emocional (27 casos), a exposição a modelos de comportamento desviante (24 casos), o abandono escolar (21 casos) e os maus-tratos físicos (20 casos).

2.3. Alguns recursos físicos disponíveis nos Concelhos

2.3.1. Equipamentos para as crianças e jovens

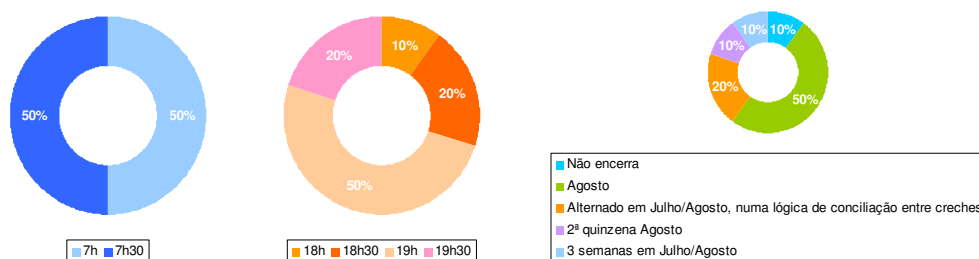
O concelho de **Montijo** conta com equipamentos escolares e formativos para as várias etapas escolares com excepção do ensino superior. Assim, para o ensino pré-escolar conta com 14 jardins de infância, oito dos quais integrados em escolas básicas de 1º ciclo, abrangendo um total de 583 crianças entre os 3 e os 6 anos de idade. No 1º ciclo do ensino básico, em 2006, a rede escolar pública do concelho tem 22 escolas, com um total de 1 832 crianças entre os 6 e os 10 anos de idade; cerca de 90% desta população, no ano lectivo de 2006/2007, usufruiu do Programa de Enriquecimento Curricular.

Um dado importante a reter nesta análise dos equipamentos para crianças prende-se com os horários de abertura e de encerramento e, ainda, com os períodos de férias. Assim, verificamos

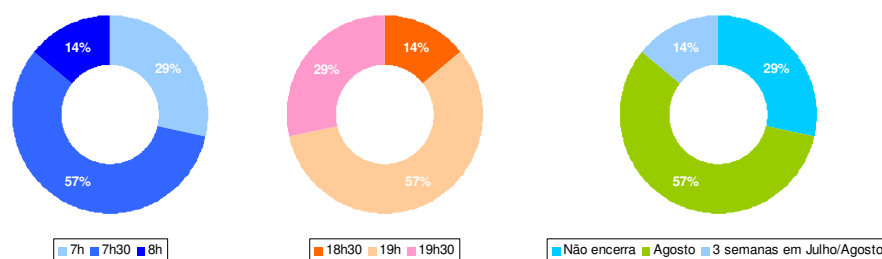
¹⁴ Fonte: *Plano de Acção da RAMSV, 2005-2007*. Disponível em http://www.mun-montijo.pt/accao_social/PDFs/Plano_Accao_RAMSV_2005-2006.pdf

que no concelho do Montijo esses horários são alargados, o que vem facilitar a conciliação da vida profissional e familiar de pais e de mães empregados/as.

Horários de abertura, encerramento e períodos de férias nas valências de Creche - Montijo



Horários de abertura, encerramento e períodos de férias nas valências de CATL - Montijo



Fonte: Plano Municipal para a igualdade de género no concelho de Montijo

Ainda no concelho do **Montijo**, os 2º e 3º ciclos do ensino básico, em 2006, contavam com um total de 1350 alunos/as em duas escolas: uma na sede de Concelho (70%) e outra na zona rural (30%). Estas escolas secundárias também integram cursos de educação e de formação com qualificação a nível profissional; a população que frequenta estes cursos é maioritariamente masculina (exemplo ilustrado pela frequência dos cursos de jardinagem e espaços verdes em que 73% dos estudantes são do sexo masculino¹⁵).

Se ao nível do ensino pré-escolar e ensino básico a participação de rapazes e de raparigas ocorre em proporções equivalentes em todas as escolas do concelho de Montijo, já na população estudantil do ensino secundário não se verifica o mesmo – de facto, nas duas escolas secundárias do concelho verifica-se que existe alguma predominância de um ou do outro sexo pois uma escola conta com 54% de população feminina e a outra com 53% de população masculina.

No concelho de **Moura** existem equipamentos para os vários níveis de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário e profissional; foi, ainda, criado o Instituto de Estudos Superiores em Recursos Naturais mas encontra-se sem actividade permanente. No entanto, é ao nível da creche, jardim de infância e ATL que se registam maiores dificuldades pois apenas existe uma instituição com estas valências e uma outra com a valência de ATL. Este concelho tem a funcionar desde 2000 uma Escola Profissional; dados relativos ao ano lectivo de 2006/07

¹⁵ Quando a população estudantil desta escola é maioritariamente feminina.

revelam uma participação feminina ligeiramente superior à masculina – dos/as 101 alunos/as, 52 eram do sexo feminino e 49 do sexo masculino. A distribuição dos/as alunos/as pelos cursos é marcada pelo género – o curso de técnica/o auxiliar de infância tem apenas alunas (21) e no curso itinerário de qualificação – Jardim e Espaços Verdes, existe 1 rapariga e 14 rapazes. Também ao nível de formadores/as a presença feminina é claramente superior à masculina - 15 mulheres e 7 homens.

No concelho de **Santarém**, todas as freguesias são servidas por, pelo menos, um jardim-de-infância oficial. No ano lectivo de 2002/2003, encontravam-se em jardins-de-infância deste tipo 867 crianças. Segundo dados do INE, em 2001, encontravam-se a frequentar o pré- escolar 1056 alunos/as, o que correspondia a 63,3% das crianças com idades entre os 3 e os 5 anos. De acordo Câmara Municipal de Santarém, a taxa média de cobertura deste nível de ensino situa-se nos 85% nas zonas urbanas e nos 70% nas zonas rurais.

No concelho de **Santarém**, tal como nos restantes concelhos, o nível de ensino que mais estabelecimentos tem é o 1º ciclo do ensino básico (65), seguido dos jardins de infância (34).

Quadro 10 - Estabelecimentos de ensino público em Santarém, segundo a natureza e o ensino ministrado no ano lectivo 2001/2002

Tipo de estabelecimentos	N.º
Jardim-de-infância	34
Escola Básica do 1º Ciclo	65
Escola Básica dos 2º e 3º ciclos	5
Escola do Ensino Básico Mediatizado	1
Escola Secundária com 3º ciclo do Ensino Básico	2
Instituto Superior Público	4
Instituto Superior Privado	1
<i>Ensino privado</i>	2
jardim-de-infância	7
Escola Profissional	1

Fonte: Diagnóstico municipal da igualdade de género de Santarém

A taxa de utilização calculada pela Câmara Municipal de **Santarém** para o 1º ciclo do ensino básico aponta para grandes contrastes internos ao concelho - se na zona urbana este indicador atinge os 72%, nas zonas rurais é de 48%. Já no que respeita ao 3º ciclo do ensino básico, calcula-se que a taxa de cobertura deste nível de ensino público corresponda a 98,5%. Já no ensino secundário a taxa de escolarização situava-se nos 71,7%. No ano lectivo de 2001/ 02 estavam inscritos, em regime de ensino recorrente, 169 alunos de 1º ciclo, 12 do 2º ciclo e 129 do 3º ciclo. O ensino secundário era o nível de ensino recorrente com maior número de alunos/as.

O centro de emprego apoiou ainda 30 mulheres no âmbito das escolas-oficinas em cerâmica, construção de jogos e brinquedos de madeira e em jardinagem; para além disso, e através de medidas de inserção emprego, apoiou 34 pessoas (maioritariamente mulheres) para auxiliares de construção civil, de cozinha e de educação.

O concelho de **Valongo** contou, no ano lectivo de 2003/2004, com 15 729 alunos/as, inscritos/as em 95 estabelecimentos de ensino, com 1 428 docentes. Este concelho tem estabelecimentos de ensino que vão do pré- escolar ao ensino profissional, dispondo de 42 estabelecimentos de pré-escolar, 32 do 1º Ciclo, 9 para o 2º e 9 para o 3º ciclos do ensino básico e 3 escolas secundárias; tem, ainda, uma escola de ensino profissional.

2.3.3. Equipamentos para a população idosa

No concelho de **Montijo** existem 9 IPSS com a valência de lar para pessoas idosas, serviço de apoio domiciliário, centro de convívio, centro de dia e centro de acolhimento temporário. A necessidade de alargamento do número de lugares em lar é evidente atendendo a que a lista de espera ultrapassa as 500 pessoas.

O concelho de **Montijo** conta com quatro projectos locais de ocupação do tempo e de outro tipo para a população idosa – Universidade Sénior, Saudável 65, Outros Olhares e Cartão Municipal do/a Idoso/a. A população que usufrui das actividades e dos projectos é maioritariamente feminina (75,2%); daqui ressalta *uma predisposição mais acentuada das mulheres para a participação em iniciativas locais* e a necessidade de se apostar numa maior divulgação destes projectos junto dos idosos do Concelho ou, ainda, a necessidade de se ajustar a oferta aos interesses da população idosa masculina.

O concelho de **Moura** conta com alguns equipamentos e serviços que dão resposta às necessidades da população idosa. Mesmo ao nível das freguesias rurais, existe uma cobertura de lares, centros de dia e apoio domiciliário em todas as freguesias, embora se verifique a escassez de vagas na valência mais procurada, o lar. Moura tem, também, uma *Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos*, que conta com 547 mulheres e 473 homens associadas/os; a sua actividade centra-se na organização de passeios esporádicos, festas alusivas à época e um piquenique anual.

Segundo dados de 2002, o concelho de **Santarém** dispõe, no total, de 33 equipamentos de apoio à população idosa (15 serviços de apoio domiciliário, 11 centros de dia e 7 lares), com capacidade para prestar apoio a 1 121 pessoas. Apenas o equipamento lar tem uma taxa de utilização de 104% enquanto que os restantes equipamentos têm uma taxa de utilização que não ultrapassa os 85%; contudo, 420 pessoas não têm vaga nos equipamentos, sendo que a grande maioria procura uma vaga em lar.

2.3.4. Equipamentos para a população com deficiência

O concelho de **Montijo** dispõe de dois equipamentos para a população com deficiência: a *Associação Portuguesa de Pais e Amigos dos Deficientes Motores de Montijo* (APPADM) e a *Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado de Montijo* (CERCIMA). Esta cooperativa acolhe e trabalha com crianças a partir dos 6 anos, dispondo de um centro de

actividades ocupacionais, de um centro de intervenção psico-pedagógico e de programas de formação profissional e de emprego; entre os vários projectos a decorrer nesta cooperativa destaca-se uma significativa participação masculina face à feminina – a participação feminina apenas é superior num projecto de apoio à mediação e acompanhamento, projecto esse cujo resultado não tem sido muito positivo (apenas 3% das/os participantes conseguiu uma integração no mercado de trabalho). Existe, ainda, uma *Residência para Jovens Deficientes* a funcionar desde 2003.

Desde 2003, a Câmara Municipal de **Montijo** tem realizado um conjunto de actividades de âmbito desportivo, cultural, simbólico e formativo, salientando-se o *Prémio Municipal de Integração de Pessoas com Deficiência* - iniciativa que se dirige a empresas e outras organizações que integram, profissionalmente, pessoas com deficiência.

O concelho de **Moura** tem a funcionar desde 1982 a *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental* (APPACDM), e integra utentes de vários concelhos, nomeadamente de Moura, Barrancos, Beja, Vidigueira, Mourão e Ourique. Esta associação tem 3 valências e segundo dados de Agosto de 2007:

- na valência lar residencial estão 21 utentes, 12 do sexo feminino e 9 do sexo masculino; a idade média das/os utentes é de 39 anos nas mulheres e de 38 nos homens. Nesta valência a resposta dada é o internamento, existindo 80 pessoas em lista de espera. O pessoal auxiliar de apoio é na sua maioria constituído por mulheres;
- na valência centro de actividades ocupacionais estão 21 utentes, 11 do sexo feminino e 10 do sexo masculino; a idade média das/os utentes é de 36 anos nas mulheres e de 32 nos homens; aqui não existe lista de espera;
- na valência sócio-educativa estão 10 utentes, 4 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A idade média das/os utentes é de 13 anos para o sexo feminino e de 16 para o sexo masculino.

No concelho de **Santarém** existe um lar de apoio e um jardim de infância integrado para crianças e jovens com deficiência, com capacidade preenchida em pleno. Para a população adulta com deficiência, o concelho de Santarém dispõe de 5 equipamentos – centro de actividades ocupacionais, centro sócio-educativo, formação profissional e lar residencial – com capacidade para dar apoio a 213 pessoas; o centro de actividades ocupacionais tem uma taxa de ocupação na ordem dos 104% e o lar dos 100%; apenas o primeiro tem uma lista de espera que é quase metade da sua capacidade, já lotada.

2.3.4. Equipamentos para a população imigrante

Desde 2000 que existe, no concelho de **Montijo**, um *Gabinete de Atendimento ao Imigrante* (GAI), mais tarde designado por *Centro Local de Apoio ao Imigrante* (CLAI). Neste centro é disponibilizado um serviço de informação, aconselhamento e encaminhamento para a

população imigrante residente no Concelho de Montijo, em estreita articulação, quer com os serviços locais (saúde, educação, segurança social, emprego, etc.), quer com os serviços nacionais com responsabilidade directa na área da imigração: *Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural* (ACIDI) e *Serviço de Estrangeiro e Fronteiras* (SEF). Assim, tem sido possível: uma permanente assessoria técnica à equipa do CLAI na resolução de casos de elevada especificidade e/ou complexidade social ou jurídica; o acesso permanente à linha SOS imigrante para casos de emergência; a realização de acções de formação permanente para mediadores/as no terreno e parceiros locais; apoio logístico (disponibilização de bibliografia, apoio na organização de encontros técnicos ou outros eventos).

3. ALGUMAS BOAS PRÁTICAS DOS CONCELHOS EM MATÉRIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO

O concelho de **Montijo** tem, desde 2000, um serviço de apoio jurídico à população feminina do concelho – *Espaço Informação Mulher*. Desde essa data este serviço realizou 1 404 atendimentos a 574 mulheres, sendo que a maioria dos atendimentos se reportou a questões de violência doméstica (34,4%), a questões de foro dos direitos e dos deveres (no emprego, na adopção, no arrendamento, na maternidade (e paternidade), no casamento e união de facto (34%)) e a outras questões (15,6%).

Também no concelho de **Montijo** foi criada a *Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência* (RAMSV) em Março de 2005, através da assinatura de um protocolo de parceria entre a Câmara Municipal e instituições como a AMCV - Associação de Mulheres Contra a Violência, Instituto de Segurança Social, Centro de Emprego do Montijo, ARSLVT/Sub-região de Saúde de Setúbal/Centro de Saúde de Montijo, o Hospital do Montijo, Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S.A., DREL, PSP, GNR, IRS – Instituto de Reinserção Social, CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, CERCIMA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação do Cidadão Inadaptado, União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, através da Casa Abrigo e do Centro Comunitário “Mais Cidadão”. Dada a natureza das instituições que compõem a própria RAMSV, têm sido definidos projectos de vida em conjunto com as utentes, que podem passar por medidas ao nível da segurança, saúde, emprego e formação profissional, protecção de menores, entre outras. Entre outras actividades, em 2006, foi editado o *Guia Orientador para o Atendimento a Mulheres em Situação de Violência*.

O concelho de **Montijo** dispõe, ainda, de outro recurso local de grande importância ao nível da problemática da violência doméstica - a Casa Abrigo, inaugurada em 2002 e em funcionamento desde 2004. Este equipamento foi construído pela Câmara Municipal de Montijo e é gerido pela União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, possuindo um acordo com a Segurança Social para 10 mulheres e 15 crianças.

O Concelho de **Moura** dispõe, desde 1998, de um *Espaço de Informação à Mulher*, fruto de um protocolo assinado entre o município e a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, bem como de uma conselheira para a igualdade. Em 2001, a Câmara apresentou o seu primeiro “*Plano Municipal de Direitos e Oportunidades entre Homens e Mulheres*”, que vigorou entre 2001 e 2005; este plano encontrava-se estruturado em 6 grandes medidas: qualidade de vida (direitos fundamentais das mulheres), emprego, saúde, visibilidade das mulheres (participação das mulheres em todas as esferas da vida), participação política (participação das mulheres nos centros de decisão), educação, cultura e desporto. Em 2007, no âmbito do *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos* (AEIOT), foi criada a *Comissão Municipal para a Promoção da Igualdade de Oportunidades*; esta comissão tem por

objectivo contribuir para a resolução de situações complexas, nomeadamente ao nível do cumprimento da legislação do trabalho, da protecção da maternidade, da conciliação da vida profissional e familiar, do combate à violência, em particular à violência doméstica, da participação equilibrada de mulheres e de homens nas esferas de poder e tomada de decisão e da educação e informação/sensibilização para a igualdade de género numa perspectiva dos direitos de cidadania. Igualmente relevante, em Moura, a existência de uma associação de mulheres - *Moura Salúquia, Associação de Mulheres do Concelho de Moura*, que conta com 722 sócias, e dispõe de uma casa abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica bem como de um refeitório social que fornece refeições diariamente a 20 utentes (15 mulheres e 5 homens).

Outra situação que importa aqui destacar prende-se com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de **Moura** ao nível de uma melhor promoção da conciliação da vida profissional e familiar, implementando um conjunto de medidas de acção positiva destinadas às famílias, tais como: serviço de apoio às famílias, que contempla o fornecimento do almoço e o prolongamento de horário das crianças do pré-escolar (medida que se destina a todas as crianças cujos pais e mães se encontram a trabalhar), fornecimento de refeições para crianças do 1º ciclo, transporte gratuito para as crianças do pré-escolar e do 1º ciclo para os refeitórios e animadoras para apoiar o serviço, ateliers de ocupação de tempos livres para crianças entre os 6 e os 16 anos de idade durante os meses de Julho e Agosto, horários alargados da Ludoteca municipal e da Biblioteca nos meses de verão (serviços bastante utilizados pelos pais e mães trabalhadores/as para deixar os/as seus/suas filhos/as).

O concelho de **Tavira** desenvolveu, em parceria com a *Fundação Irene Rolo*, um projecto, co-financiado pelo programa comunitário EQUAL, que visava promover uma melhor integração sócio-económica de mulheres através da sensibilização para a igualdade de oportunidades de diferentes actores sociais (administração pública local, empregadores/as, formadores/as, professores/as e sociedade civil em geral). O projecto, que decorreu entre 2005 e 2006, realizou 5 sessões de formação e contou com a participação de 60 pessoas.

A Câmara Municipal de **Valongo** criou, em 2000, a *Agência para a Vida Local*, um serviço municipal que promove a igualdade de oportunidades e a igualdade de género, a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar, apostando na cidadania activa e inclusiva. Esta agência engloba um conjunto de serviços, nomeadamente:

- *AVL Informação*, que promove a organização de acções de sensibilização, seminários e conferências. São já famosas no Concelho as “*TeatroConferências*”, que aliam uma componente mais lúdica a uma importante perspectiva de informação e consciencialização dos/as munícipes;
- *Clube de Emprego e Formação*, que presta apoio na procura activa de emprego, designadamente por via de uma estreita ligação ao *Gabinete do Empresário da Autarquia*

e ao *Centro de Emprego de Valongo*; apoia a reinserção profissional de munícipes que procuram melhores condições de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (e que buscam, por exemplo, um local de trabalho mais próximo da sua residência), organizando ou apoiando, ainda, a realização de acções de formação de índole profissional e/ou de valorização pessoal;

- *Espaços Infantis Imediatos de Ermesinde e Valongo*, que surgiram da necessidade de apoiar pais, mães e outras pessoas com responsabilidades parentais na gestão do tempo no seu quotidiano; é-lhes disponibilizado um crédito de cinco horas semanais para deixarem os/as seus/suas educandos/as ao cuidado de profissionais especializados/as, enquanto tratam de assuntos inadiáveis;
- *OraSeniorDigital* e *OraJuniorDigital*, onde são ministrados cursos de formação na área das Tecnologias da Informação e Comunicação, respectivamente vocacionados para jovens (6-12 anos) e seniores (mais de 60 anos), e que visam combater a info-exclusão e fomentar a intergeracionalidade;
- *Serviço do Cidadão e do Consumidor*, que permite o esclarecimento, orientação e acompanhamento de questões ligadas à família, ao trabalho e ao consumo;
- *Banco do Tempo*, que resulta de uma parceria com a *Associação GRAAL*; proporciona a troca de serviços, como se de um banco se tratasse, mas onde vigora a “moeda tempo”. Qualquer pessoa que esteja disposta a dar uma hora do seu tempo para prestar um conjunto de serviços, recebe em retribuição uma hora de tempo de outra pessoa para utilizar em benefício próprio;
- e o *Centro Local de Apoio ao Imigrante*, fruto de uma parceria com o *Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas* (actual ACIDI), que disponibiliza uma orientação a imigrantes no que diz respeito ao esclarecimento dos seus direitos e deveres, à lei da imigração, ao reagrupamento familiar, ao acesso à saúde, à educação, ao reconhecimento de habilitações e competências, à lei da nacionalidade portuguesa e ao retorno voluntário, promovendo, também, oficinas de escrita e leitura do português.

Outra boa prática que importa referir respeita ao estudo efectuado em 2002 pelo município de **Valongo**, no qual se procurava realizar um diagnóstico local/municipal integrando a perspectiva de género do concelho mediante um inquérito por questionário aplicado a 400 pessoas em idade activa nele residentes, incidindo o estudo sobre áreas como a vida familiar, a situação laboral, a participação cívica e política e perspectivas futuras.

4. LIÇÕES A RETIRAR: DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS À ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS DA IGUALDADE DE GÉNERO

“Pensar no desenvolvimento do concelho é pensar sobretudo no feminino e na actuação sobre as causas que colocam a mulher numa situação de vulnerabilidade social”¹⁶.

Reflectir sobre a igualdade de mulheres e de homens implica repensar o que é socialmente tido como papéis, práticas e saberes de mulheres ou de homens. Ora, esta reflexão faz emergir os nossos próprios valores pessoais e faz-nos questionar acerca das hierarquias de poder há muito estabelecidas.

Tal reflexão e questionamento requerem, pois, um olhar diferente sobre os problemas que afectam mulheres e homens na sociedade, o que, por seu lado, implica conhecimento/informação e formação no domínio da igualdade de género bem como algum “treino” desse olhar. Uma análise atenta da situação e condições de vida de mulheres e de homens evidencia assimetrias claras entre os sexos - que nem sempre são perceptíveis a quem tem pouca experiência neste campo - e deve centrar-se no estudo dessas diferenças, que, de uma ou de outra maneira, contribuem para fomentar e/ou potenciar desigualdades sociais e económicas entre mulheres e homens (por exemplo, baixas qualificações, desemprego, situações de precariedade económica, doença e incapacidade, situações de violência doméstica, entre outras).

Realizar um diagnóstico municipal da igualdade de género é uma tarefa complexa que envolve, antes de mais, um conhecimento especializado. Uma leitura simples de dados estatísticos desagregados por sexo não se coaduna com uma análise de género – onde, efectivamente, se procura evidenciar as causas subjacentes às assimetrias, pois *“the gender approach places emphasis on the socio-economic roles and relationships between women and men, and on their differences of status, access to resources and decision-making powers”*¹⁷.

Importa, ainda, referir que um diagnóstico municipal da igualdade de género não é o mesmo que um diagnóstico social do concelho, muito embora um possa alimentar o outro e vice-versa. A verdade é que o diagnóstico municipal da igualdade de género vai para além da identificação das vulnerabilidades e fragilidades, das potencialidades e dos recursos; implica, essencialmente, uma análise compreensiva das condições e modos de vida de mulheres e de homens, na procura de causalidades e no estabelecimento de relações e de conexões entre diferentes variáveis, indicadores e dimensões de determinado problema.

Embora este tenha sido um projecto piloto e inovador, procurando, de certa forma, capacitar pessoal técnico das autarquias para a realização de diagnósticos da igualdade de género dos

¹⁶ *In Diagnóstico de Género do Concelho de Montemor-o-Velho.*

¹⁷ Braithwaite, M. (s/d) *Manual for integrating gender equality into local and regional development.* Brussels: Engender. Pp. 8.

seus próprios concelhos, vários foram os desafios e os constrangimentos que se colocaram a essas e a essas técnicas/os.

Um primeiro desafio prendeu-se com o desenho de uma metodologia de trabalho. Esse desenho passou, necessariamente, pela identificação das áreas temáticas a abranger no diagnóstico. Os sete municípios participantes no Projecto acabaram por seleccionar mais ou menos as mesmas áreas temáticas – estruturas demográficas, estruturas familiares, escolarização e formação, emprego e desemprego, equipamentos sociais de apoio, saúde, desporto e participação cívica e política. No entanto, é possível identificar diferentes níveis de compromisso e de envolvimento por parte das autarquias na procura da informação e na análise da mesma, o que conduziu à realização de diagnósticos mais ou menos aprofundados.

Ainda no que se refere à metodologia de trabalho, a construção de um modelo de análise consentâneo com os objectivos do trabalho não se revelou tarefa fácil – se a recolha de informação parecia, *a priori*, poder basear-se em estatísticas, na prática, porém, nem sempre se encontrou nestas a informação necessária, o que implicou, em alguns casos, a identificação e implementação de outros métodos e técnicas de recolha da informação.

Por último, o desafio de se proceder a uma análise e estudo desta natureza. E este é, sem dúvida alguma, um desafio apenas parcialmente ganho, atentas a qualidade e quantidade da informação recolhida bem como, sobretudo, a dificuldade em se identificar e analisar as causas das assimetrias de género.

Quanto a constrangimentos, um primeiro prendeu-se com a escassez de dados estatísticos desagregados por sexo. As lacunas, neste âmbito, já são muitas quando se procede a uma análise de âmbito nacional, mas são ainda muito mais quando se toma um enfoque territorial mais restrito, ao nível do concelho ou da freguesia. Este facto implicou, para alguns casos, uma maior exigência e dispêndio de tempo às equipas, no sentido da definição de formas alternativas de aferir a informação pretendida e/ou de um esforço acrescido na procura directa de informação junto de entidades locais.

Um outro constrangimento deveu-se a limitações de tempo para a realização dos diagnósticos municipais da igualdade de género impostas pelo calendário do próprio Projecto. Identificar o que se quer saber, definir o tipo de informação que se adequa à intenção analítica e saber onde encontrar a informação pretendida levou, na maior parte dos casos, a um maior dispêndio de tempo na recolha de informação do que a princípio seria de supor. Ora, o que se verificou é que em alguns dos diagnósticos a informação encontra-se incompleta e não raras vezes agregada e sem distinção por sexo.

O facto de o ano de realização deste Projecto coincidir com o “*Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos*” acabou por se constituir, também, como um constrangimento. E tal deveu-se a alguma “confusão” entre o conceito da igualdade de oportunidades, mais lato e abrangendo outras dimensões para além do género (nomeadamente, idade, orientação sexual, pertença étnica e cultural e deficiência) e o conceito da igualdade de género, mais restrito e com enfoque no género, feminino e masculino. Assim, em alguns dos diagnósticos municipais para a igualdade de género encontramos alguma confusão entre informação que devia ser, sempre que possível, desagregada por sexo e informação relativa às outras dimensões da igualdade de oportunidades em sentido lato, em relação ao qual nem sempre se verifica a preocupação de fazer uma análise de género.

Por último, é evidente que os Planos até agora apresentados acabaram por reflectir alguns dos desafios e dos constrangimentos patentes nos diagnósticos municipais da igualdade de género. De facto, parece revelar-se a persistência de um entendimento não muito claro sobre o que significa transpor e operacionalizar a perspectiva da igualdade de género, que deve ser reflectida em objectivos e em medidas e acções que visam colmatar e reduzir as assimetrias de género.

Tomando como exemplo um dos Planos elaborados, verificamos que este apresenta uma estrutura bem delineada, apontando eixos de intervenção, objectivos e acções, identificando entidades promotoras, o público-alvo e população beneficiária, indicando eventuais fontes de financiamento e indicadores de monitorização. No entanto, apenas um dos objectivos se refere distintamente à integração e promoção da igualdade de género; o resto do plano é, antes sim, um plano coerente ao nível da igualdade de oportunidades nas vertentes da idade, minorias culturais e deficiência.

Importa, pois, não esquecer nunca que um diagnóstico municipal da igualdade de género se consubstancia na construção de um plano para a igualdade de género ao nível local. O diagnóstico é instrumento de trabalho para a elaboração de um plano adequado às necessidades, expectativas e aspirações a quem ele se destina – mulheres e homens munícipes de determinado concelho que têm o direito, constitucionalmente garantido, a uma vida cidadã em condições de igualdade para uns e para outras.

5. EM JEITO DE CONCLUSÃO: ALGUMAS LINHAS ORIENTADORAS PARA A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS DA IGUALDADE DE GÉNERO E DE PLANOS MUNICIPAIS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

Muito se tem debatido sobre a necessidade de se tomar em consideração a perspectiva da igualdade de género no desenho de políticas e de se implementar medidas e acções que visem colmatar as desigualdades e as assimetrias de género que, ainda, persistem. Não é, por isso, demais lembrar que:

“Os consensos são muito mais difíceis de estabelecer em relação a desconformidades estruturais que desde há muito ou desde sempre tenham estado presentes nas sociedades, a ponto de quase parecerem naturais e inevitáveis, apesar de revestirem aspectos social e moralmente inaceitáveis. Estão neste caso as desigualdades de género, no tocante a oportunidades, a estatuto e à prática em muitas das actividades do dia a dia: a dificuldade de corrigir injustiças e assimetrias resulta, na maioria dos casos, de ainda não se ter conseguido operar uma efectiva mudança de mentalidades”¹⁸.

A igualdade de mulheres e de homens é uma dimensão transversal a todos os domínios de política, e é condição indispensável e necessária a uma boa governação. O *mainstreaming* da igualdade de género assume o princípio de que as iniciativas especificamente dirigidas às mulheres, embora necessárias, são insuficientes só por si para conduzir a mudanças estruturais. Entendendo-se que, embora muitas dessas iniciativas sejam inovadoras e benéficas para as mulheres que delas beneficiam, não afectam de modo suficiente a estratégia e a intervenção políticas, os recursos ou a sua distribuição e, por conseguinte, contribuem apenas parcialmente para reduzir ou eliminar as desigualdades entre mulheres e homens. Face às assimetrias de vida de mulheres e de homens que os indicadores nos revelam, continua a ser essencial adoptar e implementar planos específicos que visem a promoção da igualdade de género, numa perspectiva do seu *mainstreaming*.

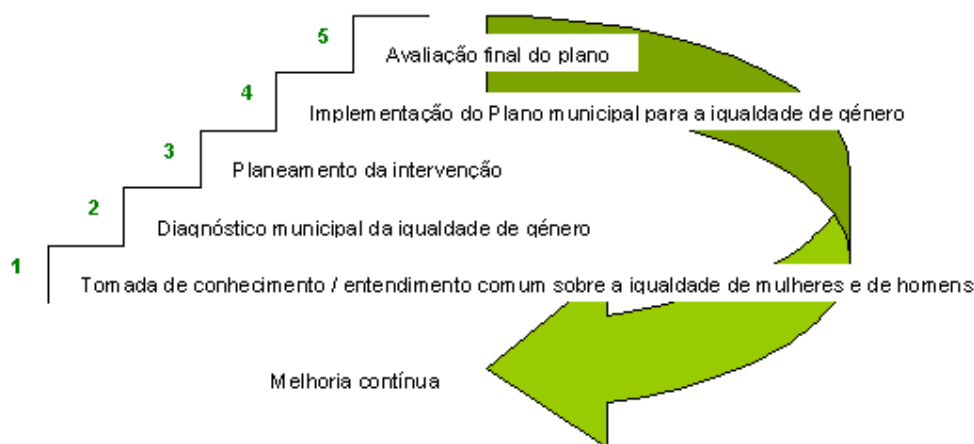
Esta última parte encontra-se estruturada em torno de quatro vertentes: uma primeira que identifica os passos a empreender pelas autarquias quanto à implementação do *mainstreaming* da igualdade de género nas suas políticas e práticas; uma segunda e uma terceira, que encerram, respectivamente, algumas linhas orientadoras para a elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género e de planos municipais para a igualdade de género; e, por último, uma quarta vertente na qual se apresenta uma proposta de *check-list* para a verificação da inclusão da perspectiva da igualdade de género nas várias dimensões dos planos municipais para a igualdade de género.

¹⁸ Rocha-Trindade in NETO, F. et al (1999) *Igualdade de oportunidades, género e educação. Actas do Seminário Europeu II*. CEMRI, Colecção de Estudos Pós-Graduados. Lisboa: Universidade Aberta. Pp. 17.

5.1. Passos a empreender pelas autarquias quanto à implementação do *mainstreaming* da igualdade de género nas suas políticas e práticas

Tomando como ponto de partida as lições aprendidas com este Projecto, é possível apontar um conjunto de passos a empreender pelas autarquias visando a efectivação da igualdade de mulheres e de homens na vida local.

Os passos que agora apresentamos têm, pois, o carácter de sugestões e requerem, num ou noutro aspecto, a intervenção de entidades terceiras, nomeadamente da CIG e/ou de outras organizações especialistas na matéria. Consubstanciam-se em cinco passos básicos, a empreender de forma progressiva, estando subjacente ao último passo uma revisão e re-lançamento do processo pela mesma ordem, visando uma melhoria contínua.



O passo **1** relaciona-se com a **sensibilização/formação** em igualdade de género a dirigir a um conjunto de pessoas dentro da autarquia e suas entidades parceiras a nível local por forma a alcançar um entendimento comum sobre o que é a igualdade de género e o que esta supõe. Essa sensibilização pode ser feita através de acções de sensibilização, de formação, de distribuição de folhetos, de elaboração e disseminação de argumentários, entre outros meios.

O passo **2** corresponde à fase de diagnóstico da igualdade de género, da **análise** das condições e modos de vida de mulheres e de homens no concelho.

O passo **3** corresponde à fase do **planeamento**, com o desenho do plano municipal para a igualdade de género.

O passo **4** prende-se com a **implementação** desse plano, com a execução de medidas e de acções bem como com a sua **monitorização**.

Por último, o passo **5** encerra a **avaliação** final do plano tendo por base os objectivos e os indicadores definidos a priori.

Importa referir que todo este processo apenas será bem sucedido se existir um compromisso político ao mais alto nível na promoção da igualdade de género enquanto linha de orientação prioritária e não acessória, assumido na sua plenitude.

Estes passos vão, aliás, ao encontro de algumas das preocupações inscritas no *III Plano Nacional para a Igualdade*, nomeadamente quanto à criação de “condições para uma integração sustentada da dimensão da igualdade de género em todos os domínios e fases da decisão política”¹⁹.

A lógica subjacente à integração sistemática da perspectiva da igualdade de género nas organizações e nas respectivas culturas, traduzida “into ways of seeing and doing”²⁰, é a de uma estratégia “for making women’s as well as men’s concerns and experiences an integral dimension in the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programs in all political, economic and social spheres, such that inequality between men and women is not perpetuated”²¹.

5.2. Algumas linhas orientadoras para a elaboração de diagnósticos municipais da igualdade de género

São várias as questões que se levantam quando se pretende realizar um diagnóstico municipal da igualdade de género, nomeadamente no que se refere ao seu significado, conteúdo, metodologia de trabalho e de recolha de informação, à sua análise e, por último, ao seu reporte e divulgação. O diagnóstico municipal da igualdade de género deve ser entendido enquanto método de análise sistemática da realidade, assegurando, desta forma, que as diferenças de género sejam consideradas no processo de elaboração de políticas locais que se querem inclusivas.

O que é um diagnóstico municipal da igualdade de género?

Consiste no “estudo das diferentes condições, necessidades, taxas de participação, acesso a recursos e desenvolvimento, administração de bens, poderes de decisão, etc., de homens e de mulheres”²².

¹⁹ Medida inscrita na área 1.2 – Poderes públicos, Administração Central e Local.

²⁰ “Em modos de olhar e fazer.” (tradução nossa). In Rees, T. (1998) *Mainstreaming Equality in the European Union*. London: Routledge.

²¹ “Para tornar os interesses e as experiências tanto das mulheres como dos homens uma dimensão integral no desenho, implementação, monitorização e avaliação das políticas e programas, em todas as esferas políticas, económicas e sociais, por forma a que a desigualdade entre homens e mulheres não seja perpetuada”. (Tradução nossa) World Health Organization (2002) *Integrating gender perspectives in the work of WHO. WHO gender policy*. Disponível em www.who.int/gender/mainstreaming/ENGwhole.pdf. P. 4. (Sublinhado nosso).

²² Definição de análise das questões de género, retirada de Comissão Europeia (s/d) “A Igualdade em 100 Palavras” Glossário de termos sobre igualdade entre homens e mulheres. Comissão Europeia

Que premissas lhe estão subjacentes?

1. Um diagnóstico municipal da igualdade de género deve ser tão abrangente quanto possível, abarcando diversas áreas e domínios;
2. Um diagnóstico municipal da igualdade de género deve ser estruturado em torno de um conjunto de indicadores que, sendo passível de aplicação regular, permita um conhecimento rigoroso e actual da realidade local bem como a identificação de tendências de evolução;
3. Um diagnóstico municipal da igualdade de género deve basear-se num processo participativo, o que implica o envolvimento de diversas estruturas das autarquias, de outras entidades locais e dos seus e das suas munícipes.

Quais as áreas a considerar?

Estruturas demográficas; estruturas familiares; educação/escolaridade; formação profissional; trabalho e emprego; conciliação da vida profissional e familiar; protecção social; pobreza; violência de género; saúde; habitação; transportes; desenvolvimento urbano e infra-estruturas; cultura, desporto e lazer; participação cívica e política.

Como recolher informação inclusiva da perspectiva da igualdade de género para a elaboração de um diagnóstico desta natureza?

O primeiro tipo de informação que importa recolher e analisar é a informação quantitativa desagregada por sexo - os dados estatísticos. Porém, se estes constituem parte da informação básica de qualquer diagnóstico, não são, de todo, suficientes pois a natureza dos dados é pré-determinada, frequentemente não estão desagregados por sexo bem como não permitem o estabelecimento de relações de causalidade. Apesar de se constituir como necessária, a informação estatística deve ser analisada com cuidado pois nem sempre nos permite obter um conhecimento dos papéis e das actividades que mulheres e homens desempenham na sociedade.

O segundo tipo de informação é mais compreensiva e reporta a métodos qualitativos. Este tipo de informação é essencial ao estabelecimento de causas e de mecanismos subjacentes às desigualdades de género, nomeadamente informação alusiva aos valores, normas e comportamentos bem como a relações de poder, procurando o estabelecimento de ligações entre representações e práticas e sua compreensão. Esta informação pode ser obtida recorrendo a:

- estudos – os estudos, realizados por investigadores/as, utilizam geralmente diferentes fontes de informação como outros estudos/relatórios de investigação, análises de informação estatística, entrevistas informais ou orientadas, entrevistas de grupo ou grupos de discussão, entrevistas com informadores/as privilegiados/as, observação directa, histórias de vida, estudos de caso, questionários estruturados, entre outros;
- reuniões ou sessões públicas de debate;

- articulação com redes locais de parceria, em particular com a Rede Social, promovendo discussões orientadas.

Importa, também, salientar que existem organismos públicos (nomeadamente a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) responsáveis pela promoção da igualdade de mulheres e de homens, que dispõem de informação e de estudos de género sobre as mais diversas temáticas/domínios políticos, ainda que na maior parte dos casos esses estudos sejam de âmbito nacional. E existem, também, organizações não governamentais que, frequentemente, têm acesso a informação que nem sempre se encontra disponível nas fontes de informação tradicionais (nomeadamente organismos públicos).

5.3. Algumas linhas orientadoras para a elaboração de planos municipais para a igualdade de género

O que é um plano municipal para a igualdade de género?

Um plano municipal para a igualdade de género consubstancia-se, antes de mais, num compromisso político com a promoção da igualdade e com a promoção da qualidade de vida de mulheres e de homens a nível local.

É, pois, um “instrumento de política global que estabelece a estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres, fixando os objectivos a curto, médio e longo prazo, bem como as metas a alcançar em cada momento da sua aplicação e que define os recursos mobilizáveis e os responsáveis pela sua prossecução”²³.

Que premissas lhe estão subjacentes?

Podemos nomear algumas premissas subjacentes a qualquer plano municipal para a igualdade de género, nomeadamente:

1. Um plano municipal para a igualdade de género visa combater e corrigir determinados problemas sociais, traduzidos em desigualdades de género, não visando apenas corrigir e agir sobre os chamados “problemas das mulheres”. Daqui decorre a necessidade de se trabalhar tanto ao nível das oportunidades, assegurando que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades nas várias esferas das suas vidas, como ao nível do tratamento e dos resultados, procurando agir em função da igualdade de resultados tanto para as mulheres como para os homens. Importa, ainda, frisar que o trabalho a empreender não se destina a tornar as mulheres iguais aos homens, antes assenta na igual valorização das diferenças de uns e de outras,

²³ CITE (2003) *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens*. Lisboa: CITE. Pp. 313.

actuando para que mulheres e homens possam tomar decisões nas suas vidas sem constrangimentos determinados pela sua pertença de género.

2. Um plano municipal para a igualdade de género deve contar com o compromisso e apoio político de topo da autarquia.
3. Um plano municipal para a igualdade de género é um instrumento de planeamento do trabalho a empreender na promoção da igualdade de mulheres e de homens a nível local. Deve, pois, procurar fazer participar diversas estruturas das autarquias, outras entidades locais e respectivos/as munícipes na sua concepção, implementação e avaliação.
4. Um plano municipal para a igualdade de género deve ser tão abrangente quanto possível, centrando a sua intervenção estratégica em áreas e domínios variados.
5. Um plano municipal para a igualdade de género deve ser construído a partir do conhecimento da realidade – com base no diagnóstico da igualdade de género a nível local - incidindo sobre as assimetrias de género reveladas pelo diagnóstico. Deve, por isso, ser um plano feito à medida de cada concelho, assente num conjunto de necessidades, prioridades e recursos locais.

Quais as etapas para a elaboração e implementação de um plano municipal para a igualdade de género?

1ª etapa – Realização do diagnóstico municipal da igualdade de género

A razão de ser de qualquer plano municipal de desenvolvimento económico e social é a de se constituir como instrumento orientador da promoção da qualidade de vida de mulheres e de homens desse município.

No sentido de identificar problemas e necessidades de mulheres e de homens, bem como potencialidades e oportunidades de determinado concelho, a realização do diagnóstico da igualdade de género deve ser a primeira etapa de qualquer plano municipal para a igualdade de género.

Enquanto processo, o diagnóstico deve ser:

- sistémico – abrangendo, tanto quanto possível, várias dimensões, áreas e domínios de intervenção autárquica, permitindo, deste modo, obter uma perspectiva global das condições e modos de vida de mulheres e de homens de determinado concelho;
- interpretativo – relacionando as problemáticas e evidenciando as causalidades a elas subjacentes;
- participativo – envolvendo diferentes estruturas da autarquia bem como outras entidades locais e respectivos/as munícipes;
- prospetivo – desenhando cenários ou, pelo menos, linhas de tendência.

O diagnóstico da igualdade de género, quando entendido desta forma, cumpre objectivos de conhecer as condições e modos de vida dos e das munícipes, de determinar a magnitude e importância dos problemas e as suas causalidades, e de identificar as questões-chave sobre as quais se deve construir o plano municipal para a igualdade de género, numa perspectiva de mudança social.

Deste modo, e sendo um instrumento de produção de conhecimento, o diagnóstico não se esgota nessa vertente mas antes tem como finalidade fundamentar a definição de prioridades e de linhas de intervenção.

2ª etapa – Definição de prioridades

Esta é uma etapa que, por um lado, assenta nos resultados do diagnóstico municipal da igualdade de género, e que, por outro lado, se baseia num processo de negociação. Essa negociação deve envolver a estrutura interna da autarquia – seus pelouros e departamentos – bem como as entidades locais parceiras, determinantes para a boa prossecução das estratégias de desenvolvimento local.

Para a definição de prioridades importa considerar alguns critérios, nomeadamente:

- a capacidade da autarquia e/ou de outros agentes locais para implementar acções em determinado domínio;
- os recursos – financeiros, logísticos, humanos e de tempo - envolvidos;
- os interesses dos vários agentes locais em presença.

Deve-se, ainda, ter em conta o contexto político e as orientações estratégicas a nível nacional e local no domínio da igualdade de género (em concreto, o *III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género*).

3ª etapa – Formulação de objectivos

Na sequência da definição de prioridades, importa formular objectivos, também eles coerentes com o que foi previamente diagnosticado e identificado como problemas e suas causalidades.

Qualquer objectivo mais não é do que o enunciado de um resultado tangível que se pretende alcançar, em termos da correcção e/ou eliminação de determinado problema; isto é, um objectivo fixa o que se pretende alterar e em que sentido.

Na formulação de objectivos há que ser:

- realista, definindo objectivos tangíveis tendo em consideração os interesses e os recursos disponíveis;
- cuidadoso/a, definindo objectivos com precisão e sem ambiguidade, apontando claramente para o que se espera atingir;

- e pragmático/a, procurando, sempre que possível, definir objectivos de forma quantificada.

Importa frisar que o modo como se formula os objectivos é essencial para uma adequada avaliação de resultados do plano municipal para a igualdade de género, uma vez que tal avaliação deve contemplar a comparação entre resultados alcançados e objectivos inicialmente definidos.

4ª etapa – Definição de estratégias

Esta etapa corresponde ao como fazer, à opção pelos métodos e técnicas a privilegiar na execução do plano municipal para a igualdade de género.

As estratégias devem ser definidas tendo em atenção:

- o envolvimento e a participação de diferentes agentes locais, o que pressupõe a definição de mecanismos de consulta;
- o trabalho em parceria;
- o empoderamento e a capacitação de agentes locais;
- o reporte e a disseminação dos resultados que vão sendo alcançados.

5ª etapa – Planeamento da intervenção

Esta etapa comporta a definição do plano de acção e a preparação da respectiva implementação.

- **Definição do plano de acção**

O plano de acção deve contemplar diversos tipos de medidas e de acções, coerentes com os objectivos e com as estratégias definidas; estas devem focar os diversos problemas, abarcar as diferentes necessidades diagnosticadas e podem ser de natureza vária - nomeadamente formativa, produtora de conhecimento (estudos), facilitadora (disseminação de informação), entre outras.

O plano de acção, privilegiando uma perspectiva de *mainstreaming* da igualdade de género, pode complementarmente prever medidas de acção positiva, compensatórias de uma situação de desfavorecimento relativo de mulheres ou de homens em determinado domínio.

- **Preparação da implementação**

São vários os aspectos a ter em conta, em concreto:

- **Quem são as pessoas destinatárias**

Identificar o público-alvo das medidas e acções.

- **Atribuição de responsabilidades**

Indicar quem é responsável (pessoa, departamento ou conjunto de pessoas) pela implementação global do plano municipal para a igualdade de género e/ou pela execução do plano em determinadas áreas/medidas/acções.

- **Identificação de recursos a envolver**

Deve-se considerar recursos financeiros, orçamentando as medidas e acções e identificando possíveis fontes de financiamento. Deve-se igualmente considerar os recursos humanos a envolver, sejam estas pessoas, departamentos e/ou entidades, de âmbito local, regional ou nacional.

- **Calendarização**

Definir o calendário de execução das medidas e das acções.

- **Definição de indicadores de processo e de resultado**

Os indicadores de processo permitem fazer uma monitorização da implementação do plano e, se for caso disso, corrigir desvios e lacunas atempadamente. Os indicadores de resultado concorrem para a avaliação final do plano municipal para a igualdade de género, numa perspectiva de avaliação dos seus impactos.

6ª etapa – Implementação do plano

Esta é a fase de execução do plano.

7ª etapa – Avaliação do plano

Não menos importante, é a definição e operacionalização de uma estratégia de avaliação do plano. Esta avaliação deve ser realizada em diversos momentos – *on-going* e *ex-post* – de modo a assumir simultaneamente um carácter de avaliação contínua e final.

CHECK-LIST DA VERIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DA PERSPECTIVA DA IGUALDADE DE GÉNERO NOS PLANOS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO: UMA PROPOSTA

Dimensões	Questões a considerar	✓
Diagnóstico de necessidades	O diagnóstico identifica problemas e necessidades de mulheres e de homens, evidenciando as desigualdades de género existentes e fundamentando a definição de prioridades e linhas de intervenção, numa perspectiva de mudança social	
Objectivos	Objectivos consonantes com o contexto político e as orientações estratégicas, a nível local e nacional, no domínio da igualdade de mulheres e de homens	
	Objectivos coerentes com o diagnóstico de problemas e necessidades, definidos de forma clara e precisa, no sentido da promoção da igualdade de género e/ou do combate às desigualdades entre mulheres e homens	
Parcerias	Perfil, missão e áreas de intervenção das entidades parceiras – relevância do seu papel e contributo para a definição e implementação do plano	
Conteúdos inovadores	Desenvolvimento de competências no domínio da igualdade de género das pessoas e entidades responsáveis pela definição e implementação do plano	
	Estratégias que considerem as diferentes necessidades, experiências e aspirações de mulheres e de homens	
	Contributo para a desconstrução de estereótipos de género (nomeadamente ao nível da linguagem e da imagem)	
	Recurso a metodologias e instrumentos inclusivos em função do género (participação, empoderamento, ...)	
	Abrangência do plano em termos dos domínios e áreas de intervenção estratégica a nível local	
Actividades	Contributo para a transversalização (<i>mainstreaming</i>) da perspectiva da igualdade de género	
	Consideração de medidas de acção positiva, compensatórias de situações de desfavorecimento relativo de mulheres ou de homens em determinado domínio	
Pessoas destinatárias e suas necessidades específicas	Identificação de pessoas destinatárias que privilegie uma representação equilibrada de mulheres e de homens ou, quando se trate de medidas de acção positiva, privilegie o sexo tradicionalmente sub-representado	

	Consideração de necessidades específicas, designadamente no que se refere à conciliação da vida profissional e familiar, de destinatários homens e de destinatárias mulheres	
Acompanhamento e avaliação	Definição de indicadores de processo e de resultado, numa perspectiva de avaliação de impactos em função do género	
	Perfil, competências e curriculum no domínio da igualdade de género de entidades de consultoria responsáveis pelo acompanhamento e avaliação	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Braithwaite, M. (s/d) *Manual for integrating gender equality into local and regional development*. Brussels: Engender.

Conselho de Municípios e Regiões da Europa e seus Parceiros. *A carta europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local*.

Federación Española de Municipios y Provincias (2006) *Guide for preparing local equality plans*. Disponível em www.femp.es

Greed, Clara et al (2002) *Report on gender auditing and mainstreaming: incorporating case studies and pilots*. Bristol: School of Planning and Architecture. Disponível em www.rtpi.org.uk

In-Genero Local Project. *Guide for the formulation and application of municipal policies aimed at women*.

Ministry of Women's Affairs (1996) *The full picture: guidelines for gender analysis*. New Zealand: Ministry of Women's Affairs

Reeves, Dory et al (2003) *Gender equality and plan making. The gender mainstreaming tool*. London: Royal Town Planning Institute. Disponível em www.rtpi.org.uk

III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)

ANEXOS